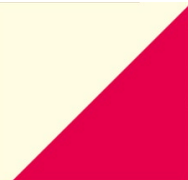
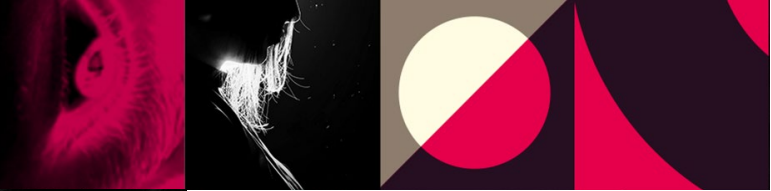




Entre 'curas' e 'terapias':

esforços de 'correção'
da orientação sexual e
identidade de gênero de
pessoas LGBTI+ no Brasil



O relatório da pesquisa **“Entre ‘curas’ e ‘terapias’: esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil”** é uma publicação da All Out e do Instituto Matizes - Pesquisa e Educação para a Equidade.

Esta publicação está licenciada sob uma licença Creative Commons CC BY-NC 4.0 BR, que permite a qualquer pessoa interessada: remixar, transformar e criar outros materiais a partir deste, e também copiar e redistribuir material em qualquer formato ou suporte desde que não haja fins comerciais e desde que seja atribuído o crédito aos autores

ALL OUT


Ana Andrade
Carú de Paula Seabra
Marcos Melo
Thomaz Oliveira

**INSTITUTO
MATIZES**

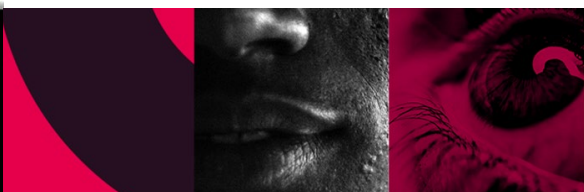
Arthur Fontgaland
Lucas Bulgarelli
Anelise Fróes

**PROJETO
GRÁFICO**

Marília Bruno

 **ISBN N° 978-65-00-47381-0**

Como citar este relatório: FRÓES, Anelise; BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur. Entre curas e terapias: práticas de conversão sexual e de gênero no Brasil. São Paulo. All Out e Instituto Matizes. 2022.



APRESENTAÇÃO	04
INTRODUÇÃO	05
> Contexto contemporâneo das terapias de conversão no Brasil	08
> Entre “terapias de conversão”, convencimentos e exorcismos – muitas faces para as mesmas violações	11
> “Aquilo do Pray Away não é pior do que eu vivi”: definições metodológicas	13
PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA	17
> Reconhecendo a “armadilha” nos esforços de “correção” sexual e de gênero	25
SEÇÃO 1:	
> O processo de “cura” em contextos religiosos	28
> Quando o amor e a fé se tornam dor e sofrimento: promessas, enquadramentos e fracassos	33
SEÇÃO 2:	
> O processo de “cura” para além do religioso: outras “terapias”, iguais violações	44
SEÇÃO 3:	
> Promessas de “cura”: o processo de persuasão, convencimento e manipulação de pessoas LGBTI+	51
> Alcançando o rompimento: efeitos e custos pós tentativas de “conversão”	56
SEÇÃO 4:	
> Impasses e limites na regulamentação das práticas de “conversão” sexual e de gênero	59
> Desafios relacionados aos contextos e formatos das práticas de “cura” ou “reversão”	60
> Desafios relacionados à atuação de grupos conservadores e de extrema-direita e as práticas de “cura” e “conversão”	63
REFLEXÕES FINAIS	65
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	69

APRESENTAÇÃO

A All Out é uma organização internacional de defesa dos direitos das pessoas LGBTI+. E atuar nesta causa significa, inevitavelmente, enfrentar batalhas árduas e longas. Uma das mais frequentes, em quase todas as partes do mundo, ainda é contra os esforços de “correção” da orientação sexual, da identidade e/ou da expressão de gênero de quem é LGBTI+ – conhecidos também como ECOSIEG, “terapias de conversão ou reorientação” e “curas gay”.

Um aspecto surpreendente de explorar este tema de forma internacional – que inclusive foi parte da motivação para a produção deste estudo – é perceber que, com alguma frequência, o Brasil é citado como um dos países pioneiros na proibição deste tipo de prática, o que ainda não é a realidade.

A realidade, justamente como este próprio relatório mostra, é que estamos longe de conseguir proteger todas as pessoas LGBTI+ brasileiras – principalmente jovens – deste tipo de violência, que continua acontecendo de forma insidiosa e frequente aqui no Brasil.

Esperamos que as informações trazidas por esta pesquisa possam contribuir para a luta do ativismo LGBTI+ brasileiro – e também para o de outras partes do mundo – com pistas sobre como se organizar para seguir defendendo a liberdade que toda pessoa deveria ter de ser quem é. Do nosso lado, seguiremos na luta, aqui no Brasil e no mundo inteiro. Vem com a gente?

Ana Andrade

*Gerente Sênior de Campanhas para
a América Latina, All Out*



INTRODUÇÃO

Em consultórios, acampamentos, organizações da sociedade civil, igrejas ou mesmo dentro de casa, pessoas LGBTI+, sobretudo jovens, têm sido estimuladas, convencidas ou forçadas a desistir de sua orientação sexual e identidade de gênero. Conhecidas popularmente como “terapias de conversão” ou “cura gay”, esse fenômeno descreve atualmente um conjunto mais amplo de esforços direcionados ao convencimento de que pessoas LGBTI+ são inferiores e, por este motivo, devem ser “curadas” ou “corrigidas”. Sob o pretexto de ajudar pessoas LGBTI+ a se tornarem cis-gêneras ou heterossexuais, esses esforços são utilizados para estimular o medo e o auto-ódio¹ através de meios violentos como a manipulação psicológica e a tortura.

Apesar de ser mais comum identificá-los como “terapias” e “curas”, a pesquisa “Entre ‘curas’ e ‘terapias’: esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil” realizada pela All Out e Instituto Matizes evidencia que os esforços para “correção”² da sexualidade e identidade de gênero são compostos

¹ CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS NAÇÕES UNIDAS. *Práticas das chamadas “Terapias de Conversão”. Informe do Especialista Independente das Nações Unidas sobre a Proteção contra a Violência e a Discriminação por Motivos de Orientação Sexual e Identidade de Gênero. 2020. Acesso em: 12.06.2022.*

² O uso da expressão “correção” aparece entre aspas durante todo o relatório para enfatizar que o termo é utilizado com base nos sentidos apontados pelas pessoas entrevistadas em relação às práticas analisadas. Uma vez que a pesquisa questiona a premissa de que seria possível “corrigir” a sexualidade e identidade de gênero de pessoas LGBTI+, entendemos que o uso da palavra em aspas reforça o caráter crítico que mantemos em relação aos efeitos gerados pela mobilização dessas e outras palavras, como “cura” e “conversão”.

por diferentes táticas responsáveis pela indução de pessoas LGBTI+ a essas práticas. No decorrer da investigação, foram identificados ao menos 26 esforços de “correção” das sexualidades e identidades de gênero de pessoas LGBTI+ no país.

Por este motivo, os usos das expressões “cura” e “terapia” aparecem em aspas, enfatizando não apenas a multiplicidade de esforços existente para além do que é identificado como “cura” e “terapia”, mas também para apontar a limitação do uso de expressões cujo significado têm sido disputado para justificar a perpetuação de violências que causam traumas prolongados vividos pelas pessoas sobreviventes.

O que chamamos neste relatório de tentativas, táticas, estratégias, práticas e esforços de mudança da orientação sexual ou identidade de gênero (no nome comumente adotado em documentos e literatura latino-americana³ sobre o tema, ECOSIEG ou ECOSIG - Esfuerzos para Corregir la Orientación Sexual y la Identidad de Género) aponta para um problema que não está localizado apenas em igrejas ou em consultas com psicólogos, mas para contextos que variam e que podem combinar diferentes atuações em uma mesma experiência.

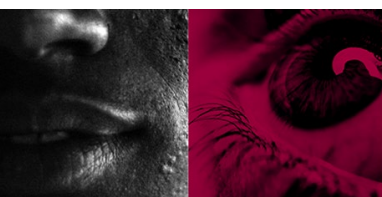
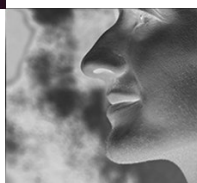
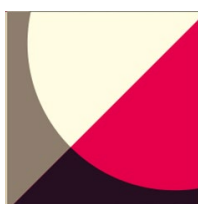
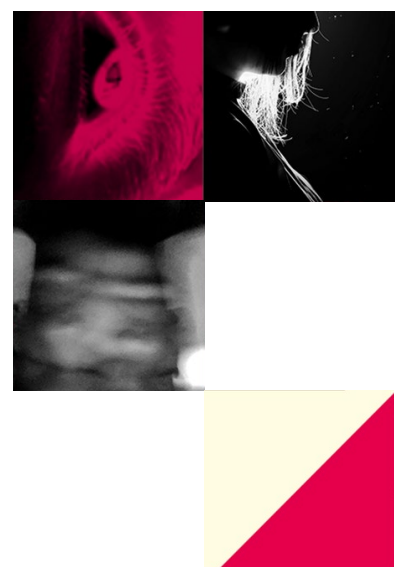
O desafio de realizar uma pesquisa do porte desta, cujos resultados apresentamos neste relatório, é composto de muitas camadas. Dizem respeito a profissionais de distintas áreas, a pessoas que passaram por processos de terapias de conversão/reversão/cura, seus familiares e trajetórias, mas dizem respeito sobretudo ao fato de serem atravessados por contextos nos quais formas diversas de crença e fé são instrumentalizadas em favor da manutenção de normatividades sociais existentes.

³ Estas nomenclaturas são inspiradas nas diretrizes da Associação Americana de Psicologia (2009), aparece em comunicações oficiais de organismo internacionais, como as do Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Delitos (2019) e nos documentos elaborados por instâncias governamentais de países latino-americanos hispanofalantes como o México e Colômbia, por exemplo.

Foi possível apreender, durante o desenvolvimento da pesquisa, não apenas o alcance dessas práticas nas vivências LGBTI+, mas também a dimensão dos efeitos negativos delas sobre essas pessoas.

Ao apresentarmos os resultados da pesquisa, buscamos abranger dados já descritos e analisados na literatura existente (relatórios, diagnósticos, artigos acadêmicos), a contextualização da temática no Brasil, os passos metodológicos para a execução de entrevistas e coleta de dados complementares e, também, apresentar analiticamente algumas sugestões e encaminhamentos para fazer frente ao avanço de práticas opressoras sobre pessoas LGBTI+.

Deve-se considerar que este relatório é uma síntese da pesquisa realizada, e que derivações, tanto dele quanto da própria pesquisa devem ser estimuladas, a fim de ampliar o alcance e multiplicar as vozes aqui presentes, suas experiências, anseios e elaborações pessoais e profissionais.



Contexto contemporâneo das terapias de conversão no Brasil

Um dos mais completos documentos produzidos recentemente sobre as chamadas “terapias de conversão” no Brasil é o livro “Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTI⁴” (Conselho Federal de Psicologia, 2019), produzido pela Comissão de Direitos Humanos do CFP, e que reúne 32 entrevistas realizadas com pessoas das cinco regiões do Brasil.

Nessas entrevistas, é possível entrever os múltiplos processos de violências pelos quais passam pessoas LGBTI+, as tentativas de “cura” e “reversão” feitas por profissionais da psicologia, e, também, os atravessamentos religiosos, familiares, profissionais, educacionais que incidem sobre essas pessoas, impedindo-as de expressarem de forma saudável e plena quem são, seus desejos, suas elaborações subjetivas.

Há pelo menos dez anos, porém, pesquisas⁵ de áreas como o Direito, a Psicologia, a Antropologia e os Estudos de Religião têm se dedicado a investigar em profundidade o campo, permeado de disputas em torno de exercício profissional, liberdade de crença, normativas jurídicas existentes, regimentos no campo da saúde mental, e ética religiosa.

4 CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

5 Destacamos a tese de Alexandre Oviedo Gonçalves (PPGCS/Unicamp, 2020) “Religião, Política e Direitos Sexuais: controvérsias em torno da “Cura Gay””; a tese de Alessandro Teixeira Rezende (PPGPS/UFPB, 2021) “Crenças sobre a cura da homossexualidade: uma explicação a partir de variáveis socioculturais”; o artigo de Marcos Roberto Garcia (UFSCAR) e Amana Rocha Matos (UFRJ), ““Terapias de Conversão”: História da (Des)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos” (2019); o livro de Cris Serra “Vlamos para comungar: os grupos católicos LGBT e suas estratégias de permanência na Igreja” (Ed. Metanoia, 2018); e o livro de Regina Facchini e Isadora Lins França (org.), “Direitos em Disputa - LGBTI+, poder e diferença no Brasil Contemporâneo” (2020).

Entendemos não ser o objetivo nem o papel de qualquer pesquisa estabelecer juízo de valor sobre aspectos subjetivos dos sujeitos ou de organizações, especialmente quando se trata de instituições e práticas religiosas, mas não se pode prescindir de, ao realizar um levantamento tal como o apresentado aqui, apontar para questões críticas, violações, impactos, efeitos e acirramentos existentes.

Também, destacamos que não se pode determinar um “início” temporal para as práticas contempladas nas múltiplas formas de “terapias de conversão” no Brasil, em que pese ser quase palpável o acirramento do tema desde 2016, com agravamento após 2018, embora haja casos emblemáticos em períodos anteriores, como o de Rozângela Justino⁶, cuja denúncia ao Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro ocorreu em 2007.

No entanto, estudos no campo das religiões, e as disputas no próprio campo da Psicologia, no que diz respeito aos temas relacionados à sexualidade e à homossexualidade, têm sido mapeados no Brasil desde os anos 1970. A própria elaboração da Resolução 001/99 pelo CFP responde a denúncias relacionadas à oferta de “cura” da homossexualidade por parte de psicólogos.

6 *Rozângela Alves Justino é uma psicóloga do Rio de Janeiro, que também se apresentava como Missionária Religiosa, e tinha seu trabalho baseado principalmente na oferta de “reversão da homossexualidade”, ou, de forma simplificada, “cura gay”. Foi denunciada por uma organização da sociedade civil de defesa de direitos LGBTI+ em 2007, e o CRP RJ decidiu pela sanção pública da profissional no mesmo ano. Rozângela interpôs recursos judiciais que foram considerados improcedentes, tendo se mantido a punição. Apesar disso, ela prosseguiu atuando como psicóloga e mantendo suas práticas clínicas, bem como as publicizando. Em 2009, os defensores de Rozângela entraram com recurso na justiça comum, e antes do julgamento do recurso a ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais encaminhou ao Conselho Federal de Psicologia um abaixo-assinado com 133 organizações que pediam a manutenção da sanção à profissional. Rozângela Justino foi uma das primeiras vozes no Brasil a se referir publicamente à suposta tentativa de implantação de uma “ditadura gay” por grupos “pró-homossexualismo”, e embora contrária ao que determina a Organização Mundial de Saúde e o próprio CFP no Brasil, ganhou apoiadores de muitas vertentes, religiosas, políticas e sociais. Doze anos após o início do embate jurídico em torno do processo que pedia por sua cassação, Rozângela Justino teve seu registro profissional definitivamente cassado pelo Conselho Federal, em 2021.*

Com isso, podemos admitir a existência desses esforços através de décadas, com transformações em suas táticas e estratégias ao longo do tempo, variando regionalmente em alguns pontos, mas mantendo intactas as bases a partir de onde atuam: a heterossexualidade (compulsória e normativa) deve ser buscada a qualquer custo; há somente um deus, e ele determinou que “os pecadores irão para o inferno”; e, por fim, a afirmação de que é possível “reverter” ou “curar” o que creem ser “tendências homossexuais”. Vale ressaltar que a normatização buscada é fundamentada no binarismo heterossexual x homossexual, e, até onde foi possível alcançar com esta pesquisa, a possibilidade de uma existência transsexual sequer é considerada, fazendo com que os esforços seja direcionados apenas para “evitar” o desvio da homossexualidade nos sujeitos.

A fim de circunscrever um período para os dados com os quais trabalhamos, trazemos um breve apanhado sobre as normativas existentes no campo da saúde mental, a partir da Resolução 001/99 do Conselho Federal de Psicologia⁷. Destacamos também como as reações a ela (inclusive no campo jurídico) se tornaram mais contundentes após 2009 na esteira da denúncia contra psicólogos que afirmavam ser capazes de “curar” pessoas LGBTI+ e da expansão de denominações religiosas evangélicas neopentecostais⁸ já na segunda metade dos anos 2000. Partimos também das entrevistas realizadas durante dois meses, entre abril e junho de 2022, com diferentes atores sociais cujas trajetórias de vida tenham sido atravessadas pelas tentativas de conversão.

⁷ A Resolução 01/99 do CFP estabelece que “a homossexualidade “não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão” (texto introdutório), e, portanto, “os psicólogos não colaborarão com eventos e serviços que proponham tratamento e cura das homossexualidades”. (Art.3º, parágrafo único).

⁸ Neopentecostalismo é uma categoria analítica construída para enquadrar sociologicamente uma “nova onda” que emergiu no movimento evangélico norte-americano na segunda metade do século XX e que, posteriormente, alcança expressão em outros países, incluindo o Brasil. Tem como características centrais a “teologia da prosperidade”, na qual deus reserva para as pessoas cristãs algumas realizações como sucesso financeiro e saúde; a crença na “guerra espiritual” travada contra o demônio e suas manifestações terrenas; e intensa articulação com a política partidária e meios de comunicação. Mais informações podem ser encontradas, por exemplo, nas pesquisas de Ricardo Mariano (2001, 2010).

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

Entre “terapias de conversão”, convencimentos e exorcismos - muitas faces para as mesmas violações



Embora a pesquisa tenha trabalhado com chaves genéricas como “curas” ou “terapias de conversão”, cabe ressaltar que não há consenso sobre o tema, e as mesmas práticas podem ser entendidas de modos distintos, inclusive entre sujeitos que passaram por elas. Entre as pessoas ouvidas nas entrevistas, algumas trouxeram a noção de “terapia” como algo mais pertencente ao campo da saúde mental, representado por psicólogos, psiquiatras, psicanalistas, e dentre estes, também os autodenominados “psicólogos cristãos” ou “psicanalistas cristãos”. Neste campo, as práticas incluíram desde “explicações para a homossexualidade” que contemplariam abusos sexuais na infância, relações ruins com pais e/ou mães (ou ausência de um dos dois/ambos), influências externas de amigos e colegas, até a medicalização com antidepressivos, antipsicóticos e hormônios masculinos para meninos identificados por pais e parentes como “efeminados” ainda na infância.

Por outro lado, quem vivenciou práticas de “conversão” ou “cura” no campo religioso, significou a experiência utilizando as chaves acionadas pelos operadores dessas práticas (pastores, padres, “irmãos da igreja”, conselheiros espirituais, professores de escolas dominicais, coordenadores de acampamentos para crianças e jovens). Os contextos em que essas práticas eram realizadas foram identificadas pelas pessoas entrevistadas como “sessões de exorcismo”, “rodas de oração para libertação”, “expulsão do inimigo”, “mãos sobre a cabeça para tirar a pomba gira do corpo”, “jejum para dominar as tendências erradas”.

Também é importante destacar que, no meio do caminho entre os dois exemplos mais extremos citados, há outras táticas referenciadas pelos interlocutores da pesquisa. Dentre elas, destacamos os aconselhamentos em contextos familiares informais, intervenção de tios para “ajudar” os pais a lidar com a criança, conversas de convencimento sobre ser possível deixar

de ser LGBTI+ partindo de outros jovens em grupos religiosos, orientação em ambiente escolar sobre o que seria o comportamento “certo” e adequado, bem como sermões, preleções religiosas e discursos familiares em contextos de confraternização, os quais nem sempre estavam direcionados à pessoa em questão, mas se utilizavam de generalizações sobre “desvio”, “pecado”, “aberrações”, “o que está na bíblia”, “o que agradaria ou não a deus”, as “maldições” que recairiam sobre os “impuros”.

Essas outras formas de abordar o tema das sexualidades dissidentes⁹ importam, porque demonstraram ser determinantes para a compreensão das pessoas sobre si mesmas, em geral antes ainda de serem expostas às práticas diretas de “conversão”. Ou seja, muitas vezes, **a “aceitação” em se submeter a tratamentos, tentativas de “conversão/reversão”, exorcismos, castigos físicos, foi fruto de uma socialização permeada, desde a infância, pela noção de que haveria um jeito “certo” e um jeito “errado” de estar no mundo afetiva e sexualmente.**

A pesquisa aponta que, para a maioria dos interlocutores sobreviventes¹⁰ ouvidos, perceber a si como “um erro” foi um processo que se iniciou ainda na infância, quando familiares ou membros da igreja frequentada pela família designavam rótulos para tais como a criança com “trejeitos diferentes”, um menino que “desmunhecava”, uma menina “que parecia um menino”.

É interessante perceber que nessa prática familiar e comunitária de “diagnosticar” sexualidades divergentes da norma o caminho seguido é o da vigilância de gestos e formas de expressão, identificando variações na expressão de gênero (no sentido de alertar para o que seria um

⁹ Ainda que pessoas trans e travestis sejam também alvo das tentativas de conversão, e mobilizadas em discursos e espaços para “testemunhos” de cura, acionamos aqui as sexualidades dissidentes pela lógica binária apontada anteriormente.

¹⁰ Por sobreviventes, aqui, estamos tomando todas as pessoas que tenham passado por qualquer esforço de “correção” de sua orientação sexual e identidade de gênero, sejam estas na área da saúde/saúde mental, sejam na área das táticas religiosas de qualquer denominação. Seguimos o que foi convencionado internacionalmente para estudos e pesquisas sobre terapias de conversão/reversão/cura, que adotam a categoria “sobrevivente” para pessoas LGBTI+ submetidas a qualquer prática voltada ao seu enquadramento dentro das perspectivas sociais de “normalidade” no que diz respeito à sexualidade e identidade de gênero.

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

comportamento “de menina” ou “de menino”) de crianças. A noção presente, assim, é a de que poderia haver uma essência ou “tendência” a ser “corrigida” no processo educativo, da forma mais precoce possível.

O que chamamos aqui de estratégias de convencimento, deste modo, não são necessariamente práticas diretas em busca de “conversão”, mas discursividades e ações imputadas aos sujeitos desde os quatro ou cinco anos de idade, a fim de identificar se havia algo “anormal” neles, e o que eles próprios, em colaboração com suas famílias, redes de apoio e grupos religiosos deveriam fazer para “corrigir” o problema.

“Aquilo do Pray Away não é pior do que eu vivi”: definições metodológicas

A pesquisa que originou este relatório tinha, além de um mapeamento teórico estruturado, um conjunto de interlocutores delineados desde o início, o qual contemplava atores distintos capazes de representar os principais grupos envolvidos com “terapias de conversão” no Brasil contemporaneamente. Assim, o objetivo era entrevistar em profundidade psicólogos, religiosos, pesquisadores, operadores do Direito e sobreviventes. Dos atores sociais que compunham o campo imaginado para esta pesquisa, apenas não foi possível alcançar atores atuantes na esfera jurídica, e representações formais de movimentos sociais por direitos LGBTI+, pelas limitações temporais de realização da pesquisa e compatibilização de agendas.

Foram entrevistadas no total 15 pessoas, sendo três delas na fase que chamamos de “teste metodológico” ou “piloto de pesquisa”, e outras doze durante o campo propriamente dito. O conjunto de entrevistados foi composto de modo a garantir diversidade regional, profissional, de orientações sexuais, identidades de gênero e, também, religiosa.

Nas entrevistas preliminares, os três interlocutores foram instados a sugerir e indicar pessoas que deveriam ser ouvidas, buscando diversificar as vozes e experiências. Todos os indicados foram convidados a participar da pesquisa, e obtivemos resposta da maioria deles.

Divididos em dois grupos, especialistas e sobreviventes, os participantes foram recrutados de modos diferentes (indicação para especialistas, chamamento em redes para sobreviventes). Há, entre os entrevistados, uma pesquisadora psicóloga católica, uma teóloga ordenada religiosamente em igreja protestante, gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, um psicólogo que atua em Conselho Regional e um psicólogo que atua academicamente, inclusive orientando na pós-graduação um sobrevivente de tentativas de “conversão”.

Um roteiro semiestruturado para as entrevistas foi elaborado, visando abranger o máximo possível de expressões dentre os esforços de “correção” da sexualidade e identidade de gênero, com adaptações específicas para interlocutores de cada área, e perguntas direcionadas apenas aos sobreviventes, independente de suas experiências terem se dado no campo da saúde/saúde mental ou religioso (ou ambos).

De início, resguardados os riscos de qualquer generalização, tendemos a concentrar nossa atenção no fenômeno das estratégias de convencimento o compreendendo como um conjunto de práticas razoavelmente padronizadas, lineares, executadas de modo direto e, quase sempre, contra a vontade dos sujeitos. Essa hipótese foi refutada logo no início da busca por sobreviventes.

A All Out, na primeira fase do campo da pesquisa, realizou uma chamada em suas redes e articulações, de modo restrito (sem passar por redes sociais, por exemplo), buscando pessoas que tivessem passado por tentativas de “conversão” sexual e de gênero. Nas primeiras 24 horas após o lançamento do chamado, mais de 200 pessoas responderam, preenchendo um formulário onde deveriam indicar se desejavam participar da pesquisa, a idade que tinham quando passaram por alguma tentativa de conversão, onde a ação foi realizada (contexto, local), se haviam sido levados contra a vontade ou buscado voluntariamente, e, por fim, deveriam fazer um breve relato da experiência vivida.

Ao todo, foram recebidas 365 respostas ao chamado, e a segunda etapa contemplou a leitura minuciosa dos relatos, para que fosse possível

filtrar uma amostra inicial capaz de ser abrangente e ilustrativa da multiplicidade de práticas existentes. Trinta relatos foram selecionados preliminarmente, e destes, foram convidados diretamente a conceder entrevista aproximadamente vinte pessoas. No total, oito foram os sobreviventes ouvidos, em entrevistas com duração mínima de 50 minutos, e máxima de duas horas e meia.

Em uma dessas entrevistas, o interlocutor declarou, logo no início da conversa, que os processos por ele vivenciados foram mais do que semelhantes aos apresentados no documentário *Pray Away*¹¹, ainda piores em certas circunstâncias.

Na próxima seção deste relatório aprofundamos a análise das entrevistas realizadas, mas sinalizamos que todas contêm relatos de convencimento discursivo, orientação para castigos físicos (auto infligidos ou realizados por terceiros), jejuns, abstinência sexual total, jornadas exaustivas de trabalhos forçados (faxinas, carregamento de pesos, organização de espaços comunitários em igrejas ou acampamentos de jovens, por exemplo), e a persistente narrativa sobre o que seria necessário para garantir o perdão de deus e abandonar as tendências homossexuais e dissidentes de gênero.

Do total de respondentes ao chamado da All Out, um dos dados que mais chamou a atenção foi o elevado número de pessoas que foram submetidas a processos e práticas associados aos esforços de “correção” precocemente, em alguns casos antes ainda dos dez anos de idade. Como discutimos em outras seções deste relatório, a ideia de

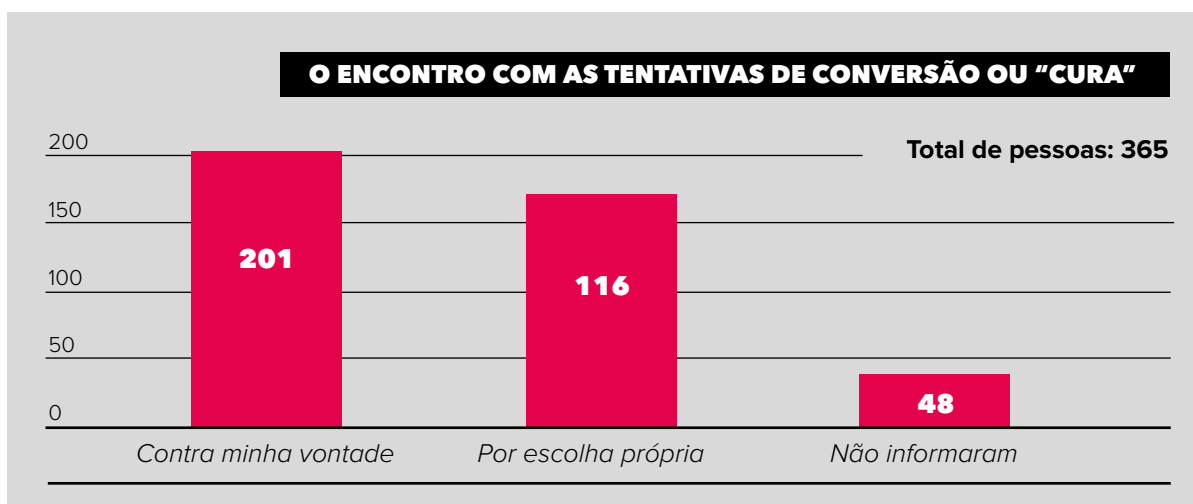
¹¹ Documentário produzido pela NETFLIX (2021), em colaboração com a BlumHouse Productions, e direção técnica do cineasta Ryan Murphy, *Pray Away* reúne depoimentos de sobreviventes, familiares de sobreviventes e ex-lideranças do maior movimento voltado à “cura gay” e às terapias de conversão sexual já existente, o *Exodus International*. Hoje extinto, o *Exodus* chegou a ter representações e células em diversos países de todos os continentes, incluindo o Brasil. No documentário, é possível acompanhar relatos de sobreviventes sobre os traumas ocasionados pelas práticas vivenciadas no *Exodus* e em outros grupos de conversão sexual, bem como conhecer os métodos utilizados por estes, através de imagens de arquivo de congressos, acampamentos, reuniões e encontros do *Exodus* desde sua fundação, na década de 1970. A extinção do *Exodus* não significou o fim dessas práticas no campo religioso nem nos Estados Unidos nem em quaisquer outros países, e, pelo contrário, muitos de seus ex-membros e dirigentes fundaram movimentos e grupos para dar continuidade aos processos das terapias de conversão sexual.

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

busca “por conta própria” dessas práticas, ou do “voluntarismo” em busca de adequação de expressão sexual e de gênero, não pode ser considerada para menores de 18 anos, uma vez que a figura jurídica do consentimento não existe em sua plena forma até esta idade.¹²

Sobre como se deu o encontro com as tentativas de “conversão”, das respostas obtidas pelo chamamento da All Out (considerando as pessoas que declararam esta informação), temos:



Outro dado que merece destaque é o fato de que as táticas utilizadas, especialmente no campo religioso, embora configuradas de acordo com a denominação (católica, evangélica tradicional, neopentecostal), não diferem muito de região para região do Brasil. Isto permitiu um apanhado que, se não confere padronização às práticas existentes, demonstra que algumas categorias simbólicas se repetem, como o agente “causador” da homossexualidade ou da dissidência de gênero ser sempre exterior ao sujeito (“más influências” de amigos, entidades de matriz africana, como “Pomba Gira”, ou, em formatos mais tradicionais e facilmente identificados, “o inimigo”, “o demônio”, “espíritos zombeteiros”).

¹² Apesar disso, cabe ressaltar que há, na amostra, sujeitos que referem terem buscado as terapias de conversão “por conta própria” ainda na adolescência, para o que, entretanto, contaram com o apoio de pais, familiares e redes de sociabilidade como escola e a própria igreja.



PRINCIPAIS ACHADOS DA PESQUISA

Com base no levantamento e nas entrevistas realizadas, reunimos um conjunto de esforços de “correção” que resultaram no envolvimento de pessoas LGBTI+ em tentativas de “cura” ou em “reversão” da sexualidade e da identidade de gênero.

Das 365 pessoas que responderam ao chamado realizado pela All Out, 52,8% passaram por esforços de “correção” da sexualidade e identidade de gênero quando tinham entre 6 e 17 anos de idade. Isso significa que essas pessoas eram menores de idade quando foram submetidas a tentativas de “correção”.



As falas das pessoas sobreviventes a que tivemos acesso indicam que, em muitos casos, foram realizados diferentes esforços de “correção” até que a pessoa se convencesse ou fosse coagida a participar de algum processo de “cura” ou “reversão”.

Por este motivo, buscamos sistematizar e identificar similaridades dentre os esforços de “correção” que haviam sido realizados com as pessoas que responderam ao chamado efetuado e que nos concederam entrevistas durante a pesquisa.

Como resultado desta sistematização identificamos ao menos **26 esforços de “correção” da sexualidade e identidade de gênero de pessoas LGBTI+** que foram apontadas pelos sobreviventes:

CONTEXTOS RELIGIOSOS

1) Por meio de ameaças e profecias

Quem induziu: liderança religiosa

Como: líder da igreja que profetizou sobre a morte de familiares da sobrevivente caso ela assumisse sua orientação sexual; líderes religiosos que apresentavam revelações de um “futuro heterossexual” para a pessoa sobrevivente; líderes religiosos que profetizavam sobre a ida para o inferno para o sobrevivente caso ele se assumisse LGBTI+; pelo medo de alguns sobreviventes de contrariar deus ao serem convencidos que ser LGBTI+ contraria a “vontade divina”

2) Por meio de confissões e aconselhamentos

Quem induziu: liderança religiosa, membro da igreja

Como: como resposta a ter se assumido ser LGBTI+ para um líder religioso ou membro da igreja em uma confissão ou desabafo; pessoas sobreviventes que passaram a ter que frequentar encontros, retiros, acampamentos, sítios com voto de silêncio em que se buscava “corrigir” a sexualidade e identidade de gênero

3) Por meio da participação em grupos religiosos para jovens

Quem induziu: liderança jovem religiosa, membro da igreja, liderança religiosa.

Como: em recomendações de lideranças religiosas para que a pessoa sobrevivente integrasse grupos que a auxiliem a deixar de ter pensamentos entendidos como desviantes, em convites realizados por lideranças jovens nas igrejas para que o sobrevivente participe de grupos sem saber que um dos objetivos do grupo era o de estimular práticas de conversão sexual e de gênero

4) Por meio de organizações religiosas que alegavam atuar com questões sociais

Quem induziu: pais e responsáveis, amigo da família, membro da igreja

Como: por meio de sugestão de conhecidos da família aos pais ou responsáveis para inscrever a pessoa sobrevivente nas atividades de organizações religiosas sem fins lucrativos que, alegando realizar atividades de caráter social, promoviam palestras e estimulavam tarefas que afastasse a pessoa sobrevivente da vontade de se assumir LGBTI+

5) Por meio de tentativas reiteradas de convencimento em cultos, missas, sessões religiosas

Quem induziu: liderança religiosa

Como: sobreviventes que foram constantemente estimulados em missas e cultos a terem vergonha de serem LGBTI+ e a buscar uma “cura”; sobreviventes que foram expostos no espaço da igreja a assumirem sua identidade sexual e/ou de gênero como um pecado; sobreviventes que frequentavam a igreja e a eles era reiteradamente oferecida ajuda para “curar” a sexualidade ou identidade de gênero

6) Por meio de rituais

Quem induziu: liderança religiosa, membro da igreja, pais e responsáveis

Como: submetendo a pessoa sobrevivente a diferentes tipos de rituais, rezas e orações, tais como passar óleo ungido no corpo, uso de sangue animal no corpo, sessões de descarrego espiritual, sessões “cura” interior, orações no monte, orações de madrugada, rodas de oração

7) Por meio de tarefas religiosas e espirituais

Quem induziu: liderança religiosa

Como: prescrevendo à pessoa sobrevivente uma ou mais tarefas com o objetivo de “curá-la” de sua sexualidade ou identidade de gênero, práticas intermitentes de jejuns, abstinência de contato com pessoas do mesmo gênero e idade, realização de rezas e orações individuais ao longo do dia.

8) Por meio de punições e castigos físicos

Quem induziu: liderança religiosa

Como: coagindo ou obrigando a pessoa sobrevivente a desempenhar castigos ou se submeter a punições em dinâmicas que envolviam tentativas de “cura” da sexualidade ou identidade de gênero. Os castigos relatados pelas pessoas sobreviventes consistiam em carregar peso, passar pimenta nos dedos, utilizar munhequeiras, ter mãos e braços amarrados, utilização de cintas de silício e realização de penitências

9) Por meio de doação de dinheiro para a igreja como forma de sacrifício

Quem induziu: liderança religiosa

Como: solicitando a realização de doação de valores com o objetivo de proporcionar a “cura” da sexualidade ou identidade de gênero da pessoa sobrevivente

CONTEXTOS FAMILIARES

10) Por meio da insistência ou da condução forçada a tratamento religioso, tratamento de saúde ou sessão de aconselhamento

Quem induziu: pais e responsáveis, parente, amigo da família ou vizinho

Como: conduzindo a pessoa sobrevivente a algum tratamento religioso e/ou de saúde indicado por amigos, vizinhos e/ou parentes da família com o objetivo de reverter a sexualidade ou identidade de gênero

11) Por meio da participação em grupos de “cura” para pessoas LGBTI+ liderados por pastor ex-gay

Quem induziu: pais e responsáveis, membro da igreja, líder religioso, amigos da família.

Como: estimulando ou insistindo a pessoa sobrevivente a participar de grupo composto por pessoas LGBTI+ que era liderado por um pastor que alegava ser ex-gay e que buscava desenvolver palestras e aconselhamentos focados na “correção” da sexualidade e da identidade de gênero dos membros

12) Por meio da coação para que a pessoa assistisse conteúdos relacionados à “cura” da sexualidade dentro de casa

Quem induziu: pais e responsáveis

Como: insistindo fortemente ou obrigando a pessoa sobrevivente a assistir dentro de casa programas de televisão ou vídeos na internet que apresentavam conteúdos que buscavam convencer sobre a possibilidade de correção da sexualidade e identidade de gênero

13) Por meio da internação da pessoa sobrevivente em seminários religiosos

Quem induziu: pais e responsáveis, parente

Como: obrigando que a pessoa sobrevivente se mudasse para um seminário religioso para que pudesse se afastar da tentação de se assumir LGBTI+

14) Por meio do estímulo à utilização forçada de medicamentos ou hormônios

Quem induziu: pais e responsáveis

Como: induzindo a pessoa sobrevivente a fazer uso não prescrito de medicamentos psiquiátricos com o objetivo de desestimulá-la a se assumir LGBTI+, bem como buscando convencer a pessoa sobrevivente a fazer uso de hormônios como forma de inibir que ela se assumisse como pessoa trans.

15) Por meio do convencimento ou coação para participação em cultos de libertação

Quem induziu: pai ou responsáveis, liderança religiosa, membro da igreja

Como: buscando convencer ou mesmo coagir a pessoa sobrevivente a participar de cultos de libertação nos quais a pessoa LGBTI+ é submetida

a rodas de oração em torno dela para retirada de encostos e espíritos mal-intencionados e como forma de libertar sua alma buscando evitar, assim, que a ela venha a se assumir LGBTI+

16) Por meio da organização de grupos de oração dentro da casa da pessoa sobrevivente

Quem induziu: pais ou responsáveis, liderança religiosa, membro da igreja

Como: realizando sob forte insistência ou coação de grupos de oração dentro da casa da pessoa sobrevivente em que se buscava realizar orações com o objetivo de “corrigir” sua sexualidade e identidade de gênero. As pessoas sobreviventes apontam em seus relatos que os grupos de oração eram compostos por padres, pastores, guias espirituais ou amigos dos pais e responsáveis que realizavam rodas de oração em torno da cama que estavam

17) Por meio de ameaças de internação compulsória em clínica psiquiátrica

Quem induziu: pais e responsáveis, parente

Como: ameaçando continuamente a pessoa sobrevivente a ser internada compulsoriamente em clínica psiquiátrica caso viesse a se assumir LGBTI+, impossibilitando que a pessoa assumisse sua orientação sexual ou identidade de gênero

CONTEXTOS DE SAÚDE

18) Por meio de psicólogo que abertamente oferecia procedimento de “cura” da sexualidade e/ou identidade de gênero

Quem induziu: psicólogo

Como: em consultas realizadas em clínicas psicológicas em que eram desenvolvidas diferentes técnicas com o objetivo da “cura” ou reversão da sexualidade ou identidade de gênero. Dentre as técnicas desenvolvidas que foram relatadas pelas pessoas sobreviventes aparecem tratamentos de regressão, técnicas de exorcismo em consultórios de psicólogo cristão, tratamento de constelação familiar, terapia de desobediência, terapia cognitiva e tratamento de adequação de postura e voz.

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

19) Por meio de psicólogo que, mesmo sem admitir desenvolver procedimentos de “cura”, estimulou pessoa LGBTI+ a desistir de se assumir

Quem induziu: psicólogo

Como: em consultas realizadas em clínicas psicológicas que, mesmo sem oferecer abertamente serviços relacionados à “cura” ou “terapia” de conversão da sexualidade ou identidade de gênero, acabaram por fazer a pessoa LGBTI+ se questionar ou mesmo desistir de assumir sua identidade de gênero ou orientação sexual

20) Por meio de diagnósticos realizados por psiquiatra

Quem induziu: psiquiatra

Como: em consultas psiquiátricas em que a pessoa sobrevivente foi diagnosticada com um ou mais distúrbios em razão de se assumir LGBTI+; em episódios que envolviam a leitura da Bíblia durante a consulta psiquiátrica.

21) Por meio de sessões de aconselhamento realizadas pelo pediatra

Quem induziu: pediatra

Como: durante consultas pediátricas nas quais o médico aconselhava a pessoa sobrevivente a desistir de se assumir LGBTI+, buscando “corrigir” a sexualidade ou identidade de gênero

22) Por meio da prescrição de medicamentos ou procedimentos cirúrgicos pelo pediatra

Quem induziu: pediatra

Como: prescrevendo medicamentos durante consultas pediátricas com o objetivo de provocar alterações no organismo capazes de “corrigir” sua sexualidade ou identidade de gênero; sugerindo à família da pessoa LGBTI+ a realização de uma cirurgia nos testículos da pessoa sobrevivente como forma de “corrigir” sua sexualidade

23) Por meio de profissionais que alegam desenvolver técnicas de reversão da sexualidade

Quem induziu: filósofo clínico, terapeuta holístico, coach

Como: utilizando diferentes técnicas que buscavam estimular a pessoa sobrevivente a se culpar por ser LGBTI+ e, por consequência, buscar a “correção” de sua sexualidade ou identidade de gênero

CONTEXTOS ESCOLARES

24) Por meio de aulas de educação religiosa na escola

Quem induziu: professor de religião

Como: estimulando jovens LGBTI+ durante aulas de ensino religioso a acreditar que sua sexualidade e identidade de gênero devem ser motivo de culpa e vergonha, bem como buscando convencer de que seria possível corrigir pessoas LGBTI+ de sua orientação sexual ou identidade de gênero

25) Por meio de sessões de aconselhamento realizadas na biblioteca da escola

Quem induziu: professor de educação física, amigos do professor

Como: convencendo os pais da pessoa sobrevivente a autorizar a participação dela em rodas de oração realizadas na biblioteca da escola por pastor com o objetivo de corrigi-la e evitar que ela se assumisse LGBTI+

26) Por meio de conversas com o diretor da escola

Quem induziu: diretor da escola

Como: solicitando a participação da pessoa sobrevivente à sala da diretoria para a realização de conversas e sessões de aconselhamento focadas em impedi-la de se assumir LGBTI+

Reconhecendo a “armadilha” nos esforços de “correção” sexual e de gênero

Quando pedimos para as pessoas sobreviventes entrevistadas pela pesquisa para que detalhassem o momento em que a terapia ocorreu em suas vidas, nem sempre elas se referiam a um episódio específico. Ao contrário, havia situações que, de modo mais frequente, apontavam para um contexto mais amplo do que um evento específico.

Para algumas das pessoas sobreviventes, as tentativas de “cura” da sexualidade ou identidade de gênero ocorreram durante longos períodos da infância e da adolescência. Alguns sobreviventes, inclusive, não sabiam apontar para o momento específico em que a “correção” havia sido tentada. Ao invés disso, algumas pessoas apontavam uma sucessão de tentativas durante meses ou anos, com investidas que contavam com diferentes pessoas, como pais e responsáveis, vizinhos, amigos da família, membros da igreja e lideranças religiosas.

Com isso, foi se tornando mais evidente que as estratégias de conversão sexual e de gênero não eram oferecidas por um único caminho. Ao invés disso, o que identificamos foi um conjunto de esforços de “correção” por meio dos quais as sobreviventes eram induzidas a acreditarem que sua sexualidade ou identidade de gênero era um “erro” (seja uma doença ou um pecado) e precisavam ser, portanto, “curadas” ou “revertidas”. Além disso, entendemos que os esforços de “correção” a que tivemos acesso por meio dos relatos das pessoas sobreviventes apresentam táticas que, embora diferentes entre si, acabam por se repetir, apresentando mais variações do que diferenças.

Embora a pesquisa tenha apresentado uma variabilidade de táticas de indução de pessoas LGBTI+ a processos de “correção”, no decorrer das entrevistas realizadas foi ficando mais nítida a existência de um padrão relativamente coeso, com pequenas diferenças, que apareciam

em cada relato. Mesmo tendo sido diferentes as maneiras por meio das quais as pessoas sobreviventes entrevistadas tivessem sido submetidas a esforços de “correção”, os relatos em geral abordavam um mesmo percurso: primeiro, eram convencidas que o fato de serem LGBTI+ é um erro manifestado como pecado ou doença; em seguida, eram levadas a acreditar que existia uma “cura” ou uma solução para o erro identificado; e por fim, buscavam formas de sair da armadilha a que tinham sido inseridas.

Enquanto alguns dos sobreviventes ouvidos afirmaram ter conseguido se afastar ou se desvencilhar da influência de atores que promoviam tentativas de “cura”, outros faziam referência a períodos anteriores de suas trajetórias ou mesmo da trajetória de outros sobreviventes que eram marcadas pela impossibilidade de sair da armadilha que esses esforços criavam. Neste sentido, as entrevistas nos permitem afirmar que, em alguns casos, a pessoa sobrevivente permanece submetida à mesma dinâmica continuamente, em um movimento circular e não linear, sendo levada a duvidar da sua sexualidade ou identidade de gênero para, em seguida, ser convencida a buscar ou a aceitar a “cura”.

Na representação gráfica abaixo é possível observar o funcionamento da armadilha por meio da qual são operadas as práticas de “cura” ou reversão sexual e de gênero:

PADRÃO IDENTIFICADO NOS RELATOS DE TENTATIVAS DE “CURA” OU REVERSÃO SEXUAL E DE GÊNERO

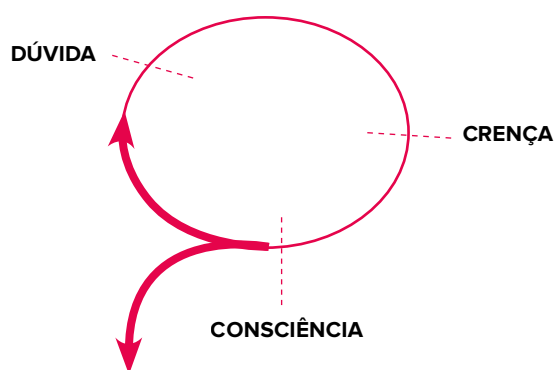
Dúvida: o momento em que a pessoa se convence que ser LGBTI+ é errado

Crença: o momento em que a pessoa acredita que pode ser corrigida



Consciência: o momento em que a pessoa toma consciência da manipulação

Seta para fora: sobrevivente que conseguiu se desatrelar da influência exercida por atores que tentaram corrigi-la

Seta para dentro: pessoa que permanece influenciada ou coagida a “corrigir” sua sexualidade ou identidade de gênero

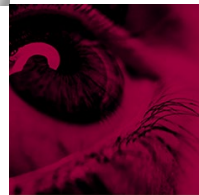
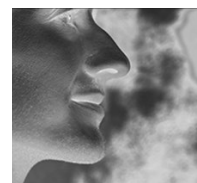
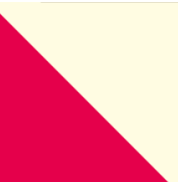
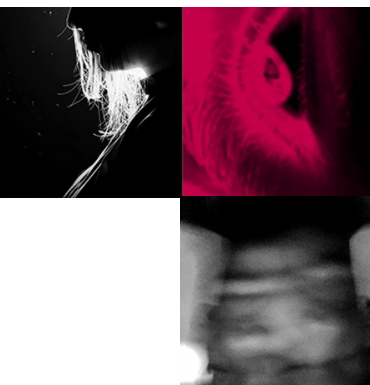


Entre ‘curas’ e ‘terapias’:
esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil



É importante ressaltar que, embora cada uma dessas três etapas fossem identificadas em praticamente todas as narrativas de sobreviventes a que tivemos acesso, o modo como cada uma ocorreu bem como o tempo em que durou variavam de caso a caso. Enquanto a fase de dúvida foi induzida às pessoas entrevistadas em semanas ou meses, outros relataram terem sido submetidos durante anos ou mesmo décadas a diferentes investidas que os levassem a questionar se deveriam ou não se assumir como LGBTI+ e se poderiam corrigir sua sexualidade ou identidade de gênero. Da mesma forma, a etapa de busca ou coação pela “correção” foi pontual e episódica para alguns entrevistados, enquanto outros descreveram longos períodos nos quais foram incentivados ou forçados a buscar uma solução para deixarem de ser LGBTI+.

Ainda, em relação à etapa de tomada de consciência, alguns entrevistados afirmaram que, mesmo tendo conseguido se desvincular das tentativas de “correção” e da influência daqueles que as induziram, ainda carregam feridas e traumas derivados dessas experiências que as constituem e as afetam até os dias atuais.



O PROCESSO DE “CURA” EM CONTEXTOS RELIGIOSOS

Considerados o contexto contemporâneo no Brasil, mas também o avanço de políticas alinhadas com o conservadorismo, as posturas reacionárias e opressoras no campo dos direitos humanos e dos direitos fundamentais, muito especialmente no que diz respeito às sexualidades e identidades de gênero dissidentes, ao redor do mundo, a pesquisa encontrou questões que evidenciam o quanto é arriscado operar a partir de pressuposições consolidadas em um certo “senso comum” a respeito do tema.

No início da coleta de dados, partimos de um determinado ponto que parecia consensuado sobre a questão: que estariam majoritariamente na mão de vertentes religiosas evangélicas neopentecostais, de grupos de psicólogos atuantes à margem das normativas do CFP, e de grupos religiosos que, ainda que não alinhados com essa ou aquela igreja, mantinham “células” e “grupos” para promover a “cura gay” ou a conversão sexual de pessoas LGBTI+.

No que tange ao campo das religiões, que chamamos aqui de “contextos religiosos”, logo nas primeiras entrevistas foi possível vislumbrar que há um imenso aparato de táticas, práticas, estratégias e discursos, não lineares nem padronizados, mas que seguem uma certa lógica operativa, acionando categorias e conceitos muito próximos, independente do campo ao qual se filiam.

[SEÇÃO 1]

Uma questão que nos soa pertinente e merece destaque é a que permite compreender que algumas táticas e estratégias utilizadas de modo “convencional” por algumas denominações religiosas são apenas adaptadas ao que versa sobre gênero e sexualidade, como por exemplo as “libertações” e “exorcismos” (ou expulsões do “inimigo”) direcionadas a quem apresenta outros problemas que “desagravam a deus” ou “são obra do inimigo”, como dependência química, desemprego crônico, atitudes violentas, alcoolismo. Deste modo, percebe-se que as categorias acionadas para “resolver problemas” ou “curar” sujeitos em outras áreas de suas vidas não diferem exatamente daquelas instrumentalizadas no campo do sexo e do gênero, sendo mais uma “revisão”, “atualização” ou “adaptação” destas do que uma novidade exatamente.

Da mesma forma, é preciso reconhecer que a expansão das denominações neopentecostais as coloca (não sem razão) em maior evidência comparadas a outros grupos, mas, como bem apontou uma das interlocutoras da pesquisa, psicóloga católica que coordenou um movimento de católicos LGBTI+ no Brasil e é pesquisadora no campo dos estudos de religião, especialista na temática, “precisamos parar de subestimar a igreja católica” e suas táticas, tão ou mais aviltantes de direitos individuais quanto outras religiões.

É importante ressaltar que, como em outros casos, qualquer generalização seria arriscada e poderia implicar em julgamentos de valor que pouco ou nada tem relação com a expressão da fé católica. Em outras palavras, seria impreciso tomar “a igreja católica” como uma instituição uníssona, livre de dilemas e contradições, e o mesmo cabe a todas as demais denominações referenciadas durante o campo, seja por especialistas, seja por sobreviventes. A questão de fundo, porém, é que a estrutura de dominação e poder da igreja católica, no que tange às tentativas de conversão, aparece representada por vertentes conservadoras ou ultraconservadoras, adeptas de práticas que incluem castigos físicos, longos períodos de oração e jejum, e um arsenal de “castigos” contra o corpo, visando materializar a busca pela pureza da alma. A mesma especialista ouvida refere que não há muita diferença entre

[SEÇÃO 1]

as táticas utilizadas pelas denominações religiosas evangélicas e as católicas, sendo algumas delas nomeadas da mesma forma, como é o caso dos “exorcismos”, realizados por ambos, embora com menos regularidade pelos católicos.

Outra tática utilizada, e referida por ela, é a das “orações pela libertação”, que consiste em jornadas exaustivas que devem ser cumpridas pelos sujeitos, em jejum e silêncio, durante as quais só é permitido orar pela libertação de sua alma, pela contenção e repressão de desejos e tendências erradas, e pelo afastamento de pensamentos que podem levar à perdição do espírito, caso haja a prática de relações pecaminosas, como as homossexuais.

Ela também apontou que a existência de um movimento de católicos LGBTI+, no Brasil e fora dele, é uma necessária afirmação de que sujeitos cujas expressões sexuais e de gênero sejam dissidentes da norma devem ter assegurado, plenamente, seu direito à crença e à profissão de sua fé, em que pesem os dogmas basais da religião.

Sua afirmação, de que é preciso não “subestimar” a igreja católica, foi corroborada por um interlocutor do grupo dos sobreviventes, o qual só teve um pertencimento religioso em toda sua vida, e este foi o catolicismo. Aos 52 anos, este interlocutor, homem cis gay do nordeste do Brasil, relatou as inúmeras experiências violentas às quais foi submetido desde os 14 anos de idade, iniciadas em sua relação com a família assim que seus pais souberam que ele tinha um, em suas palavras, “namoradinho bobo”. Além de um episódio traumático promovido por seu pai, que o instou ao suicídio chegando a colocar uma arma em sua mão (segundo seu relato, o pai afirmou que era melhor “um filho morto que veado, para envergonhar toda a família”), ele teve contato posteriormente com inúmeros castigos e violações, morais, emocionais e físicas, dentro de um Seminário Católico para onde fora enviado, e estava sob comando da Opus Dei.

Neste Seminário, onde permaneceu até o fim de sua formação, saindo pouco antes da ordenação como padre, este interlocutor foi

[SEÇÃO 1]

aconselhado, mantido em clausura, passou por jornadas de jejum e oração pela libertação de sua alma, e, nos momentos mais extremos, foi submetido a castigos físicos com cordões de silício¹, metal resistente e pesado, amarrados em seus braços, pernas, cintura e tórax. Essas práticas, em seu caso, eram direcionadas à reversão de sua homossexualidade, e baseavam-se na crença de que o corpo físico precisa ser “martirizado” (figura que também aparecera na entrevista com a especialista citada anteriormente) a fim de garantir a libertação e “purificação” do espírito, evitando as “tentações” e a cedência ao “pecado” – todas as categorias remetem sempre à uma noção de pureza, castidade, correção, e todas serviriam apenas para a evitação do destino comum aos “pecadores”: o inferno.

Como em outros casos, também este sujeito, em determinado ponto de sua jornada **pelos táticas religiosas que buscavam curá-lo, chegou ao que chamamos aqui de “lugar de dúvida”, o ponto em que, de tanto ser acusado de estar errado, de cometer pecados ou de ser “uma abominação”, o sujeito passa a duvidar de si mesmo, e passa a acreditar, ou “suspeitar”, segundo um outro interlocutor, que as figuras de autoridade em torno de si, fossem da família ou da igreja, poderiam estar certos.** A decorrência disso, enunciada não só por ele, foi a de aceitar se submeter às práticas violadoras, numa incessante e infrutífera busca pela adequação de seus desejos àquilo que seria “certo” e “normal”.

Em outro caso, uma interlocutora de 23 anos de idade que se definiu inicialmente como bissexual, mas durante a entrevista referiu-se a si mesma como lésbica, relatou que sua jornada com as táticas de

¹ Os cordões de silício aos quais o interlocutor fez referência são instrumentos utilizados para penitências desde os primórdios da igreja católica, a partir da noção de que o corpo físico precisaria, em casos extremos, ser castigado e martirizado, sobretudo quando havia a existência de “pensamentos impuros”. São feitos utilizando correntes de metal ou cordas, às quais são presas peças feitas de silício, um metal pesado e denso utilizado em componentes de informática e tecnologia, contemporaneamente. Em formato semelhante ao de um arame farpado, o cordão é amarrado aos braços, pernas, tórax e cintura, com força suficiente para levar ao sangramento, e deixam cicatrizes definitivas na maioria dos casos.

[SEÇÃO 1]

reversão de sua sexualidade teve início também aos 14 anos, quando alguém de sua igreja descobriu que ela havia beijado uma menina que também fazia parte do grupo de jovens ao qual ela pertencia. Essa interlocutora é de uma família evangélica tradicional, filiada a uma denominação presente no Brasil há mais de cem anos, com ramificações que contemplam algumas diferenças de culto e práticas de acordo com a região e os pastores que as lideram, mas que operam assentadas sobre os mesmos dogmas.

Segundo ela relatou em entrevista, durante toda sua infância ouviu a família contar de uma “profecia” que fora feita em seu nome, na qual ela casaria com um determinado rapaz da igreja, e ao lado dele daria continuidade ao percurso religioso que as famílias haviam trilhado. Em seu caso, o principal agente religioso também era de seu núcleo familiar, no caso seu avô, e foi ele quem primeiro contou aos pais dela a descoberta de seu “desvio”.

Foi assim que, aos 14 anos, ela foi exposta publicamente durante um culto na igreja, durante a fala do pastor, e humilhada por ter “quebrado a profecia de deus para sua vida”. Além do processo de exposição e humilhação públicas, ela foi ameaçada com a morte de sua mãe e de sua então namorada, caso não “deixasse de ser lésbica”.

Esta interlocutora passou por diversas práticas dentro da igreja, as quais incluíram retiros de oração, afastamento do grupo de jovens, jejuns forçados, rodas de oração por sua “cura”, e foi culpabilizada pelo quadro depressivo de sua mãe. Em certo ponto, conta ela, começou a temer que todos à sua volta estivessem certos, e que ela deveria realmente estar errada, temendo que sua mãe pudesse mesmo morrer por causa de seu “pecado”. Quando percebeu que “não estava funcionando”, algo também comum a boa parte dos participantes da pesquisa, que não deixaria de ser lésbica apesar de todos os esforços familiares e de sua igreja, passou por um processo igualmente referido por outros sujeitos ouvidos: identificou-se primeiro como alguém que “fracassou” e que “tinha mesmo um problema”, já que ninguém conseguiu curá-la, e posteriormente, já no final da adolescência, decidiu

[SEÇÃO 1]

que sairia da igreja e do convívio familiar, para viver com a namorada e “assumir” que era “lésbica mesmo”.

Apesar disso, essa interlocutora retomou as relações com sua família, exceto o avô, e referiu que seus pais sabem “de tudo”, mas não tocam no assunto. Anos depois dos fatos iniciais, ela foi novamente submetida a sessões de oração por sua “cura”, durante um episódio ao qual foi levada “por engano”, a partir de um convite de sua mãe para um final de semana com antigos membros de seu grupo de jovens na igreja. Neste ponto, ela faz referência a ter “surtado” enquanto estava na roda de oração, que novamente incluiu referências à profecia quebrada por ela e aos riscos associados a sua homossexualidade, como a morte da mãe, e, segundo ela mesma, “aos gritos e chorando muito” rompeu de vez com o avô e a igreja, decidindo que “nunca mais” se submeteria a situações como aquela, e que não seria mais “enganada para passar por tudo aquilo de novo”.

QUANDO O AMOR E A FÉ SE TORNAM DOR E SOFRIMENTO: PROMESSAS, ENQUADRAMENTOS E FRACASSOS

Embora o principal ponto em comum dos esforços de “correção” no campo religioso, dentro do campo abrangido pela pesquisa, seja a associação entre ser LGBTI+ e o pecado que macula a relação com deus, há distintas formas não apenas de enunciar isso, mas também de oferecer caminhos para a conversão e a “cura”.

No caso de outro participante da pesquisa, homem, cis, gay, negro, 32 anos, os processos em torno da tentativa de sua “cura” tiveram início quando ele, por sua livre vontade, entrou para o que chamou de “seita”,

[SEÇÃO 1]

dentro da igreja evangélica a que pertencia. Segundo relatou, sua família era católica, e não houve exatamente um rompimento, de sua parte, nem com a fé familiar nem com os dogmas do catolicismo; ele apenas escolheu procurar outra religião, e assim o fez, após reencontrar alguns amigos de infância.

Sua adesão à igreja foi bastante intensa, e iniciada por volta de 16 anos, mas ele próprio identifica que já havia “alguma coisa” dentro de si que poderia indicar “o homossexualismo”. Ao entrar em um Seminário evangélico para fazer sua formação teológica, foi confrontado durante a entrevista inicial pelo pastor, que perguntou se ele tinha “atração por homens”, ao que respondeu que não, mas “ficou aquela dúvida”.

Durante o período no Seminário, ouvindo contínuas pregações sobre pecado, “homossexualismo” e “desvios de comportamento”, começou a acreditar que havia uma “chavinha” dentro dele que seria virada em algum momento, e ele encontraria uma mulher para casar, ter filhos, e chegaria a ser um pastor respeitado em sua comunidade.

O relato deste interlocutor permite compreender que, **para algumas denominações religiosas, a “promessa” não diz respeito apenas ao “reino de deus” ou a uma vida livre de pecado, mas também ao sucesso material, status, exercício de poder sobre outras vidas.**

Muito rapidamente ele galgou degraus na hierarquia religiosa, ajudou a fundar células e novas igrejas, e a ser convidado a viajar para fazer pregações em outras cidades. Internamente, porém, persistia a dúvida sobre sua “normalidade”, uma vez que permanecia tendo atração por homens, inclusive de sua própria igreja.

Em algum ponto de sua trajetória, ele relata que “cedeu” ao que sentia, e acabou por se envolver com um homem, fato este que foi descoberto pela igreja, levando a seu afastamento de todas as atividades e cargos que ocupava. Foi retirado da coordenação do grupo de jovens, foi impedido de realizar pregações, e perdeu o pastorado que tinha.

[SEÇÃO 1]

Sua “salvação” veio através de um casal de pastores da mesma igreja, porém em outro estado, em forma de “sonho”. A pastora, que já o conhecia, o procurou para relatar um sonho que tivera com ele, no qual ele estava com problemas e precisava “ser salvo”. Este casal, utilizando recursos da igreja, o levou para outro estado, e ele retomou seu trabalho pastoral – no processo, ganhou casa, carro, uma comunidade para liderar, e voltou a ter o respeito que um dia tivera. Por acreditar no “sonho da pastora”, rompeu o relacionamento que tinha com um homem, e recomeçou a vida religiosa.

Foi neste momento que passou a acreditar que seria possível “ser curado” de suas “tendências”, e passou não só a praticar jejuns, orações de “cura” e retiros espirituais para conversão sexual, mas também a pregar para jovens a respeito, visando evitar que outros meninos encontrassem o caminho do pecado.

Após um retiro espiritual durante o qual foi orientado a pedir por sua “cura” definitiva, foi informado pelos pastores que o haviam acolhido que, se estivesse arrependido de fato, estaria curado, e poderia ter uma vida “normal”; novamente, foi acionada a dúvida sobre si e a crença no outro, e ele se casou com uma integrante da igreja, certo de que havia sido curado. O casamento durou menos de três meses, e acarretou mais sofrimento a ele, por entender que tinha fracassado, já que apesar de todos os esforços dos pastores “que o amavam e tentavam ajudar”, continuava sentindo atração por homens.

Ao conhecer um homem e se apaixonar por ele, pouco tempo após o casamento desfeito, foi viver com o namorado em um bairro afastado da igreja, o que não impediu que fosse descoberto, e perdesse novamente tudo que havia conquistado. Foi retirado da coordenação de todas as atividades que exercia na igreja, impedido de permanecer como pastor, e proibido de frequentar qualquer atividade religiosa, porque havia “escolhido a vida de pecador”. Retornou ao seu estado natal, e começou uma jornada de inúmeras descobertas sobre si mesmo, inclusive sobre sua formação acadêmica. Ao refletir sobre o que gostaria de ter sido e não foi, contou que durante os anos em que passou na

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

[SEÇÃO 1]

igreja, ouviu de todos os pastores que não precisava “fazer faculdade”, e mesmo tendo iniciado quatro graduações, terminou sempre sendo convencido pela igreja de que não deveria concluir, porque “atrapalharia” seu trabalho como pastor e não era necessário, já que estava fazendo formação no seminário da própria igreja, e lá teria mestrado e doutorado em Teologia (na entrevista, ele pareceu decepcionado por descobrir que os cursos que havia feito não tinham reconhecimento formalizado pelo sistema de educação superior brasileiro, e somente agora, em 2022, está terminando uma graduação “real”, em uma universidade pública, aos 32 anos).

Casado com um Umbandista, se define religiosamente como “tudo misturado”, acreditando em deus, mas também em outras entidades, e diz ter entendido que não poderia mesmo ser “curado de algo que não é doença nem pecado”, mas demonstra arrependimento e diz ter muitas saudades da igreja, das viagens, de pregar, de coordenar grupos de jovens. Quase ao fim da entrevista, afirmou “amar muito” o casal de pastores que o levou para outro estado e posteriormente o expulsou da igreja, e que sente falta “do poder, de estar na frente de todo mundo pregando”. Que se pudesse ser gay e continuar pastor, esse seria o “ideal”, mas reconhece ser impossível. A única ressalva que fez sobre sua experiência é de que também **entendeu, após sua experiência, que estava submetendo outros jovens aos mesmos traumas a que fora submetido, pregando sobre pecado, inferno, castigos, promovendo a ideia de que é possível “converter e curar” homossexuais, quando ele mesmo sabe que “não daria certo”.**

Outro sobrevivente ouvido relatou desde o começo da entrevista que seus problemas não foram dentro da igreja especificamente, mas dentro de um grupo ao qual só se refere como “seita”, e que conheceu através de convite de outros jovens de sua igreja neopentecostal. Neste grupo, valores religiosos eram exaltados, mas também outros, como a importância de se alcançar destaque social, material, educacional, a fim de se diferenciar socialmente. Oriundo de uma família religiosa de uma denominação tradicional, foi sempre orientado para os estudos, a formação profissional, e, também, sempre soube que era gay.

[SEÇÃO 1]

Sua trajetória com as tentativas de conversão passa não apenas pelos espaços religiosos, mas também por profissionais da psicologia, muito especialmente uma psicóloga que atuava dentro da igreja, e que tinha uma filha lésbica. Ele próprio psicólogo hoje, contou que foi dentro “da seita” que conheceu o extremismo e o radicalismo em torno das questões de gênero e sexualidade, e relatou as táticas orientadas por um dos líderes do grupo, “jovem e muito radical, alguém com problemas”. Este grupo defendia a “teonomia”, construção de um estado teocrático idealizado, onde apenas as leis religiosas deveriam ser seguidas, e a partir das quais os sujeitos deveriam existir socialmente. Enquanto participava do grupo, começou a apresentar o que identificou como “crises psicológicas, uns surtos”, e foi diagnosticado pela psicóloga da igreja como alguém que estava acometido “pelo pecado”, não por problemas de saúde mental, e que portanto, bastaria admitir que estava em pecado, aceitar passar pela terapia de conversão, ser “curado da homossexualidade”, e tudo se resolveria.

Assim como em outros casos, também aqui houve o convencimento de que a “libertação” viria, de que algum tipo de “cura” seria possível, e ele poderia ter uma “vida normal” uma vez superadas as “inclinações” para o erro que “desagradava a deus”. Este interlocutor, aos 26 anos, reconhece que “sobreviveu” às inúmeras tentativas de reversão de sua sexualidade, mas demonstrou em seu relato dúvida e medo, não de “ir para o inferno”, mas sobre sua própria condição mental, controlada com medicamentos e psicoterapia após seu afastamento definitivo da igreja e da “seita”, e refletiu sobre os traumas que carregará pelo resto da vida.

Outra interlocutora ouvida em campo é uma mulher lésbica com ordenação religiosa, uma reverenda protestante que é também Doutora em Teologia, e iniciou sua entrevista dizendo que ao ler o Termo de Consentimento da pesquisa, conseguiu “nomear, depois de muitos anos” o que ela mesma havia vivenciado, passando então a se identificar como mais uma sobrevivente dos esforços de conversão sexual. A reflexão sobre si mesma a levou a destacar a importância de “nomeação” dos processos, para o entendimento do que foi vivenciado – neste ponto,

[SEÇÃO 1]

faz alusão a outros processos traumáticos, como em casos de abusos sexuais em que as pessoas alvo não conseguem elaborar em palavras o que experienciaram.

Ao falar sobre sua atuação e ativismo, como religiosa e lésbica, a interlocutora apontou que as diversas formas com que as “terapias” de conversão e tentativas de “cura gay” são estabelecidas, no Brasil mas não só, demonstram a multiplicidade de vozes reguladoras dos corpos, desejos, sexualidades e identidades de gênero dos sujeitos, amparadas, neste caso, na ideia de que o mesmo deus “de bondade, amor, compaixão” é também o deus que “pune, castiga, envia ao inferno”.

Para ela, em seu exercício religioso e como “mulher que crê”, as religiões deveriam olhar para as pessoas como seres integrais, e sobretudo, permitir que professem sua fé independente do que fazem em suas vidas particulares afetiva e sexualmente. Perguntada sobre como sua igreja e religião operam com pessoas LGBTI+, disse estar “afastada da igreja por causa de questões dogmáticas”, mas que sua vivência “religiosa e sapatão” abre espaço para que pessoas, especialmente as mais jovens, a busquem em suas redes sociais para conselhos, conversas, e não raro, alguém declara que “gostaria de poder ser como ela”.

Em sua visão, **isso demonstra o quanto jovens LGBTI+ podem se sentir solitários em contextos familiares, em suas igrejas, em dúvida sobre o que sentem, e divididos (com medo e angustiados, também) entre seguir em seus espaços de acolhimento religioso, como grupos, escolas dominicais, retiros de juventude, ocultando serem LGBTI+, ou assumir e correr o risco de perder tudo aquilo em que acreditam – inclusive a família.**

Segundo ela, o principal papel a ser exercido pelas igrejas inclusivas principalmente, é o de acolher, apresentar e “anunciar que uma vida LGBTI+ pode ser vivida com alegria, com fé, com deus”. Mais importante que a denúncia das violações perpetradas, para ela, seria esse movimento de “anúnciação” de que tudo pode ser diferente, promovendo

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

[SEÇÃO 1]

ações que previnam crianças e adolescentes das “armadilhas que os levarão para as terapias de conversão e todos os abusos delas”.

Um ponto que chamou atenção na entrevista com esta interlocutora foi a citação por parte dela de que **muitas vezes, os sobreviventes das tentativas de conversão se tornam pessoas “sem lugar”, ao perderem seu pertencimento religioso original e onde invariavelmente foram submetidas a muitas violações e processos traumáticos**, e não encontram escuta ou acolhimento nem em outras religiões ou igrejas, nem nos movimentos LGBTI+. E citou um determinado movimento religioso existente no Brasil, que se define como “inclusivo” e é conhecido como “igreja do arco-íris”, ostentando em seu altar bandeiras de todas as expressões sexuais e de identidades de gênero, porém com a ressalva de que é preciso manter uma vida de celibato, sem relações sexuais.

Em sua reflexão, ela apontou que esse movimento nada mais é do que a atualização da premissa cristã de que “deus acolhe o pecador, mas recusa o pecado”, ou seja, o sujeito LGBTI+ deve se reconhecer como “filho de deus”, mas igualmente aceitar que deve viver longe do pecado – o “pecado” não é ser homossexual, mas “praticar a homossexualidade”, ou ter qualquer outra identidade dissidente da norma cisgênera e heterossexual.

O movimento citado pela reverenda, sediado na região sudeste do Brasil, tem atraído cada vez mais jovens através de seus grupos, retiros, escolas para estudo do evangelho, rodas de oração bíblicas. Embora anuncie em suas redes sociais ser uma igreja para LGBTI+, mantém dogmas muito semelhantes aos de outras igrejas (“não inclusivas”), e opera com noções muito parecidas a grupos conservadores, como o celibato, a pureza, a preservação do corpo para não “perder a alma”. Os conceitos de “paraíso” e “inferno”, e a lógica binária de que há “justos e pecadores” está presente, e consideramos que essa é uma reflexão que precisa ser feita sobre o campo religioso: quantas faces distintas dos mesmos princípios binários e ameaçadores, especialmente para jovens, existem e estão sendo praticadas?

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

[SEÇÃO 1]

Duas das entrevistas mais contundentes realizadas foram com pessoas de menos de trinta anos, uma delas uma mulher trans de 28, cuja experiência com inúmeras tentativas de “curar suas tendências homossexuais” partiram tanto de sua família, quanto de atores religiosos que, no entanto, não estavam diretamente ligados a uma igreja – ainda que vinculados a uma denominação religiosa. Em seu relato, há a presença tanto de raiva quanto de mágoas, e ela fala das sequelas que carrega depois de tudo que vivenciou como “traumas causados por pessoas criminosas”, entre as quais sua própria família.

Diferentemente de outros casos, porém, neste a família pertencia a uma igreja, na qual ela própria foi socializada desde a primeira infância, e foi neste contexto onde aconteceram as primeiras críticas e iniciativas de correção do que era visto como “estranho e errado”; em sua memória, por volta de cinco ou seis anos já era vista como um “menininho esquisito”, com trejeitos apontados por familiares, pessoas da igreja e vizinhos, indicando que havia algo saindo do controle. Lembra que cresceu ouvindo críticas e sendo instada a “andar como homem”, “falar como um menino”, a não “desmunhecar”, a fazer as coisas certas.

No início da adolescência seu pai a levou para ter relações sexuais com mulheres trabalhadoras sexuais, entendendo que isso “consertaria as coisas”; não conseguindo “mudar” o então filho, seu pai recebeu orientação de amigos da igreja sobre um grupo ligado à mesma religião mas que não atuava diretamente na igreja, sendo conhecido na cidade como um centro “cultural e educacional”, para jovens, com orientação cristã. Assim, ela foi enviada para participar de atividades com este grupo, chegando posteriormente a residir em um alojamento do centro.

Em seu relato apareceram desde a proibição de seu pai de que continuasse dançando, algo que segundo ela era a coisa mais importante de sua vida, até os castigos físicos intensos a que foi submetida pelos coordenadores do “centro cultural”, além de ameaças, humilhações, repreensões, e afastamento do convívio social. Esta interlocutora apontou que, antes de ser enviada ao centro citado, foi afastada da

[SEÇÃO 1]

escola, dos amigos, e perdeu contato com o mundo exterior por aproximadamente dois anos a mando de seus pais, que, seguido aconselhamentos de membros da igreja, estavam convencidos de que “o mundo, as coisas do mundo” é que a estavam desviando do caminho de “correção” traçado.

Chamou a atenção em seu relato o fato de que ela refere ter visto crianças menores que ela, com menos de dez anos algumas, participando das atividades do centro e sendo “tratadas” para “curar” a homossexualidade ou uma identidade de gênero dissidente. De modo muito incisivo, ela repetiu algumas vezes que “essas pessoas deveriam estar presas”, e na categoria “essas pessoas” falava também sobre pais e mães e familiares que entregam seus filhos aos cuidados de igrejas, pastores, acampamentos, terapeutas, a fim de serem “convertidos”.

Notamos que há uma recorrência entre os entrevistados a indicarem o judiciário como um “caminho” para o enfrentamento das tentativas de conversão em qualquer instância (religiosas ou não), mas ao mesmo tempo, nenhum dos participantes chegou a fazer qualquer denúncia a respeito do que vivenciaram (nem mesmo boletins de ocorrência policiais, ou a conselhos tutelares, ou educadores, por exemplo). Isso pode indicar motivos pelos quais as chamadas os esforços de correção seguem sendo estimulados e oferecidos de modo tão amplo, de norte a sul, com variações em suas táticas, práticas e estratégias, mas visando o mesmo fim. Em comum, todas as ocorrências envolvem figuras de poder e controle, às quais crianças aprendem que devem respeitar (pais, mães, tios, avós, padres, pastores, coordenadores de grupos juvenis nas igrejas). Mas, para além disso, envolvem questões subjetivas que acionam categorias como afeto, amor, cuidado, e a tentativa de não frustrar expectativas de quem quer que seja.

O segundo interlocutor jovem com um relato muito contundente sobre a experiência participou da pesquisa através de um percurso curioso. Sua mãe foi entrevistada, e relatou sua experiência igualmente longa e traumática, como outras, com as tentativas de reversão de sua orientação sexual, as quais tiveram início com seu então marido, pastor como

[SEÇÃO 1]

ela em uma igreja evangélica, ao descobrir que ela mantinha um relacionamento (ainda virtual na época da descoberta) com uma mulher. A igreja os havia deslocado para outro estado², e o casal era visto como exemplar para a vida comunitária religiosa, com seus dois filhos, ela à frente de grupos de jovens, coordenando o coro da igreja, ensinando na escola dominical, e ele como pastor. No caso desta entrevistada, foi o marido quem a denunciou e expôs para a igreja toda, levando ao seu afastamento de todas as atividades que desempenhava, acusações perante os filhos de que havia colocado a família em “desonra, vergonha e pecado”, até que ela aceitasse passar por terapia a fim de “voltar a ser o que era antes”. Essa mãe foi quem, após contar sua história, fez referência ao fato de ter “um filho gay que até foi ativista”, dizendo que seu filho mais velho certamente gostaria de dar seu depoimento para a pesquisa, porque tinha passado por esforços de “correção”, levado pelo pai – seu ex-marido.

Conversar com o jovem de 23 anos, que concedeu a mais longa entrevista de todas (duas horas e meia de duração), foi entrar em contato com outras práticas de tentativas de “cura” que, embora guardassem semelhanças com as tantas colhidas junto aos outros interlocutores (exposição pública do “pecador”, humilhações, xingamentos, proibição de continuar com os estudos, afastamento das “más companhias”), trouxe para o foco a participação do pai não só como pastor, mas como “homem cujo exemplo deveria ser seguido”. Na fala do jovem, após relatar os problemas que teve com a mãe ao revelar sua homossexualidade (algo ainda não elaborado por ele, já que “ela própria vivia com uma mulher, e antes dessa tinha nos apresentado várias tias”), ele lembra de ter sido enviado para a casa do pai, em outro estado, para onde ele havia retornado após o divórcio.

² Esta questão dos deslocamentos religiosos é algo que chama a atenção, não só nesta pesquisa, durante a qual diversos interlocutores fizeram referência a mudanças de cidade ou estado por decisão da igreja, mas também em outros contextos. Entendemos que é uma revitalização das missões religiosas praticadas há séculos, iniciadas pela Igreja católica e seguidas por muitas denominações, de Mórmons a Testemunhas de Jeová, passando pelas protestantes tradicionais como Anglicana e Luterana, mas, no caso das terapias de conversão, vê-se que a prática de enviar pastores e suas famílias para outros lugares tanto pode ser pela missão evangelizadora, quanto para “resolver um problema”, como no caso do interlocutor que foi levado para outro estado com o objetivo de “evitar tentações homossexuais”.

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

[SEÇÃO 1]

A convivência com o pai, em suas memórias, foi conturbada desde o início, com diversos episódios em que foi levado a bares, casas noturnas, incursões aos espaços de sociabilidade do pai fora da igreja, e confrontado com expressões machistas, misóginas, agressivas, abuso de álcool e comportamentos que pareciam a ele assustadores e contraditórios com a vivência que o pai tinha como líder religioso. Na igreja, ele passou por correntes de oração, jejuns, retiros, silenciamentos, e, também, por “terapia” com a psicóloga da própria igreja, cujos atendimentos eram em sua maioria direcionados aos jovens, como ele, “confusos e vítimas de tendências erradas”. Ele conta que testemunhou “exorcismos” e outras táticas, e que apenas se sentia com medo, em dúvida sobre quem estaria “certo”, ele ou os membros da igreja, e acabou por desenvolver um quadro depressivo que o levou a pensar sobre tirar sua vida algumas vezes.

Quando não suportou mais, contou com o apoio da então companheira da mãe para voltar para a casa dela, e pôde aos poucos reconstruir sua vida, embora declare que nunca perdoará a mãe, e deseje que seu pai “desapareça ou morra”.

Outro ponto em comum nos relatos dos sobreviventes é a referência ao quanto gostavam de estar na igreja, do quanto foram felizes em suas infâncias religiosas, do quanto se sentiram traídos, abandonados, enganados, ao confiarem suas questões de sexualidade e gênero às mesmas pessoas com quem se sentiam acolhidos, passando então a serem classificados como “aberrações”, “pecadores”, “possuídos pelo inimigo”.

Os efeitos a longo prazo dessas experiências estão descritos na Seção 3 deste relatório, e demonstram os impactos ao desenvolvimento dos sujeitos em todas as áreas de suas vidas.

[SEÇÃO 2]

O PROCESSO DE “CURA” PARA ALÉM DO RELIGIOSO: OUTRAS “TERAPIAS”, IGUAIS VIOLAÇÕES

Os embates no campo dos esforços de correção no que tange às práticas na área da saúde mental, englobando aqui psicólogos, psicanalistas, psiquiatras e “terapeutas”, são quase tão antigos quanto os existentes nos contextos religiosos, mas ganham contornos mais explícitos em suas disputas, com jogos de ação e reação às tentativas de regulação.

Nessa arena permeada por disputas e conflitos, emergem também os enfrentamentos que chegam ao judiciário, e usos de incidência política para fortalecimento de posições – em sua maioria, contrárias aos regramentos que visam preservar os direitos individuais dos sujeitos LGBTI+.

Ao entrevistarmos dois psicólogos com atuações distintas durante o campo, pudemos compreender o quanto a própria noção sobre a importância das normativas existentes sobre o exercício profissional não é algo consolidado ou validado por todos os psicólogos, e o quanto não são suficientes em si mesmas para barrar práticas antiéticas não só em relação a pessoas LGBTI+.

Também, **vale destacar que entre os sobreviventes ouvidos** (e outros, dentre os respondentes da chamada da All Out), **pelo menos três indicaram a presença de psicólogos em suas igrejas, atuando de modo complementar aos religiosos, prestando “atendimento e aconselhamentos” a jovens, no âmbito da “terapia de conversão”.**

[SEÇÃO 2]

Isso aponta para uma questão que foge totalmente da abrangência e capacidade do Conselho Federal de Psicologia: profissionais que se definem como “psicólogos cristãos”, mas que não necessariamente estão atuando em espaços psicoterapêuticos formalizados, como consultórios ou clínicas, mas dentro das próprias igrejas e grupos religiosos.

A “psicóloga lá da minha igreja” foi referenciada por um dos interlocutores como tendo sido a responsável por convencê-lo de que suas “crises e surtos mentais” eram causadas pela homossexualidade e a resistência dele em ser “liberto” pelas táticas utilizadas pela religião. Para essa profissional citada, o único tratamento de que ele precisava era o religioso, e se ele aceitasse “deixar de ser gay”, sua saúde mental voltaria a ficar equilibrada.

Mas nem todos os psicólogos estão dentro das igrejas, e, em que pese haver hoje três¹ Resoluções do Conselho Federal de Psicologia para o regramento ético da prática profissional para com pessoas LGBTI+, emergiram e emergem com cada vez mais contundência “conselhos” e associações paralelas, instituições essas que congregam profissionais de áreas diversas (psicólogos, psicanalistas, psiquiatras) com atuação profissional embasada por princípios religiosos. Um dos exemplos mais conhecidos, e que foi citado por um dos sobreviventes, é o Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristão do Brasil (CPPC), que mantém ativos um site e perfis em redes sociais, disponibilizando inclusive um catálogo de profissionais (médicos psiquiatras, pediatras, hebiatras, psicólogos e psicanalistas) que definem suas atuações como “amparadas pelos valores cristãos”.

¹ R001/99, já citada, que veda aos profissionais da Psicologia a oferta de “cura” para a homossexualidade; R001/18, que propõe o regramento da prática de psicólogos perante pessoas transsexuais e travestis, e estabelece em seu Art.8º “É vedado às psicólogas e aos psicólogos, na sua prática profissional, propor, realizar ou colaborar, sob uma perspectiva patologizante, com eventos ou serviços privados, públicos, institucionais, comunitários ou promocionais que visem a terapias de conversão, reversão, readaptação ou reorientação de identidade de gênero das pessoas transsexuais e travestis.”, além de determinar em parágrafo único que é dever dos profissionais da área o respeito à autodeterminação dessas pessoas; por fim, a R008/22, estabelece normativa em texto específico sobre pessoas bissexuais, estabelecendo que psicólogos devem “reconhecer a legitimidade das bissexualidades e demais orientações não-monossexuais, não as vinculando às homossexualidades ou às heterossexualidades.”

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

[SEÇÃO 2]

É importante destacar que, neste catálogo, os profissionais são encontrados com seus dados completos, registros profissionais, currículos Lattes, endereços e telefones de consultórios ou núcleos universitários nos quais atuam. Apesar de inúmeras manifestações de Conselhos Regionais de Psicologia e do próprio CFP, apontando a irregularidade do CPPC e de seus profissionais, estes seguem ofertando seus serviços e certamente propondo “tratamentos” que não passam necessariamente pela compatibilidade com a ética profissional de suas áreas.

Fora do escopo da Psicologia, há pelo menos três grupos que não são regulados por conselhos de classe ou associações, ou, mesmo que sejam, como é o caso de médicos (psiquiatras, pediatras, hebiatras), não tem regramentos específicos que impeçam oferta de medicamentos e “terapias” para a conversão sexual. **No campo, como já citado, encontramos pessoas às quais foram dados medicamentos antidepressivos e antipsicóticos, na infância e adolescência,** prescritos voluntariamente por médicos a partir de “diagnóstico” que associava comportamentos, gestos e estados mentais à homossexualidade, ou por solicitação de familiares. **Em um caso extremo, foi utilizado o hormônio masculino testosterona em um menino, visando dar a ele a “masculinidade” que faltava.**

Essas práticas são frontalmente contraditórias a outras posturas encontradas nas disputas entre direitos de pessoas LGBTI+, sobretudo àquelas que são contrárias ao acompanhamento hormonal de adolescentes trans e à prescrição de bloqueadores de puberdade em pré-adolescentes, prescrições essas que sim, são reguladas por normativa específica do Conselho Federal de Medicina, com aval do Ministério da Saúde, e as quais são questionadas inclusive juridicamente por grupos orientados para a trans-exclusão. Ou seja, oferecer acompanhamento hormonal clinicamente supervisionado, por profissionais especializados é visto como um risco para a saúde de crianças e adolescentes, mas se for uma indicação religiosa ou de um médico não especializado, é aceitável.

Esses debates são amplamente sustentados pelo reavivamento de pânico morais conforme acionados por autores do campo dos estudos

[SEÇÃO 2]

de gênero e sexualidade desde a primeira década dos anos 2000, como Regina Facchini (2009), que apontava para os efeitos nefastos dos usos de categorias como pedofilia e perversão associados a pessoas LGBTI+ e todo o escopo das sexualidades e identidades de gênero dissidentes.

Especificamente no que tange ao campo da psicologia, um dos interlocutores ouvidos, homem cis, branco, gay, psicólogo fora da atuação clínica mas com vasta experiência no âmbito diretivo do Conselho Federal de Psicologia (e hoje presidente de um Conselho Regional) e no desenvolvimento de políticas normativas para a profissão no Brasil, referiu que **a mera adoção de resoluções orientadoras para os profissionais, de fato, não é suficiente**. Como apontado por ele, primeiro é impossível, considerando a dimensão geográfica do país e o elevado número de psicólogos formados anualmente², que o CFP e seus conselhos regionais consigam efetivamente fiscalizar o exercício de cada um; segundo, que há brechas diversas que permitem a continuidade de práticas que ferem a ética profissional e o estabelecido nas resoluções, como, por exemplo, a decisão de profissionais pela não manutenção do registro profissional, e a oferta de serviços em áreas autônomas e não regulamentadas, como as formações para coaches, terapias ditas “alternativas”, e mesmo grupos religiosos.

Também, importa dizer que as resoluções internas do CFP, ainda que tenham abrangência nacional e devam ser seguidas por todos os profissionais da área, não têm força de lei, ou seja, não têm poder para exigir seu integral cumprimento. Outra questão apontada por ele é que mesmo os instrumentos existentes, direcionados à regulação e fiscalização, não podem muito além daquilo que está previsto no próprio código de ética da Psicologia, como sanções privadas, públicas, suspensões de registro, e, no limite, a cassação do direito de exercer a

² Em junho de 2022, o CFP contabilizava mais de 400 mil psicólogos e psicólogas registrados profissionalmente no país, sendo uma das profissões regulamentadas com maior número de profissionais. Informação disponível em: <http://www2.cfp.org.br/infografico/quantos-somos/>. Acesso em: 10.06.2022.

[SEÇÃO 2]

Psicologia sob registro em Conselho. Porém, como visto no caso de Rozângela Justino, citado na introdução deste relatório, os episódios em que punições são aplicadas de acordo com o regramento existente não raramente saem do campo restrito da relação entre o profissional e o Conselho, e chegam à esfera jurídica.

Chegar ao judiciário implica a geração de novas formas de embate, as quais não aprofundaremos aqui por não serem objeto direto da pesquisa. Mas, de modo geral, seguem os trâmites de quaisquer outros processos, com concessão de liminares, interposição de recursos, avanço para outras instâncias, até que se chegue a uma sentença, como ocorreu no caso de Rozângela Justino. Em tela, o entendimento de alguns profissionais sobre o direito ao livre exercício da profissão de acordo com suas crenças (algo que se alinha com a própria liberdade de culto e crença assegurado constitucionalmente no Brasil), versus o regramento e as regulações existentes visando garantir a integridade dos sujeitos e o reconhecimento de suas autodeterminações, sobretudo no que versa sobre identidades de gênero e expressões de sexualidade dissidentes.

Outro ponto destacado pelo psicólogo entrevistado foi sobre os casos em que não há regulamentação cabível ao CFP, e a necessária agenda dialógica com outros profissionais do campo da saúde mental, como é o caso de psicanalistas; não sendo uma profissão regulamentada, porque amparada pelos princípios do livre exercício e de formações específicas, a psicanálise também sofre de interferências religiosas cada vez mais abrangentes, com o surgimento de cursos de formação em níveis de graduação e pós-graduação fora do âmbito das universidades reconhecidas pelo MEC, os quais invariavelmente estão situados dentro de igrejas e congregações religiosas de vertentes evangélicas neopentecostais.

Fora do contexto religioso, há, assim como no caso do CPPC, também “conselhos” e associações de “psicanalistas cristãos”, faculdades de “psicanálise teológica”, cursos para a formação de “psicanalistas cristãos”, entre outras variáveis. Conforme apontado pelo entrevistado,

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

[SEÇÃO 2]

o papel dos profissionais psicanalistas é manter posturas de diálogo, aproximação e atuação de incidência política e normativa conjunta, a fim de fazer frente ao avanço dessas correntes que, em boa parte dos casos, pouco ou nada diferem dos religiosos, quando não estão atuando lado a lado com eles. O mesmo vale para psicólogos que atuam pautados por regulamentações, normativas éticas e princípios profissionais voltados à garantia e respeito dos direitos fundamentais

O outro psicólogo ouvido, também homem gay, cis, branco, professor universitário e pesquisador reconhecido em sua área, trouxe questões que igualmente merecem atenção, como os casos que chamou de “psicólogos bem-intencionados”. Para ele, **mais importante do que identificar quem são os “inimigos” de fato, isto é, aqueles profissionais da psicologia que estão à margem da regulação dos conselhos e ofertam “terapias de conversão”, “cura gay”, “reversão da transexualidade”, é identificar os profissionais que atuam sob registro e fazem o mesmo, ainda que de forma “velada”.**

Por ter um aluno sobrevivente das “terapias de conversão”, este participante da pesquisa chamou atenção também para as múltiplas formas de enquadrar e ressignificar essas experiências, exemplificando que, no caso de seu aluno, após sobreviver, ele buscou o caminho acadêmico para pesquisar sua própria antiga religião e igreja, a fim de compreender, agora a partir do exterior, as táticas utilizadas para convencimento de pessoas sobre sua necessária “libertação”.

Em relação ao que chamou de “bem-intencionados”, o que sugere é que essas pessoas sejam chamadas ao diálogo com seus pares e outros atores sociais, a fim de que se percebam como colaboradores de práticas que violam direitos e comprometem a saúde mental de pessoas LGBTI+. Citando alguns casos, ele apontou que há diversos profissionais que entendem seu lugar de psicólogos (acionando inclusive o juramento profissional, o “dever de contribuir para o restabelecimento do equilíbrio” de pessoas em sofrimento emocional e mental) como o de alguém que precisa evitar o sofrimento, os sentimentos de inadequação, as incongruências de gênero vividas pelas pessoas.

[SEÇÃO 2]

E, reforçou ele, “este não é o problema, porque é realmente nosso papel como psicólogos”, o problema é como isso é feito. Para ele, o correto seria o profissional dizer ao paciente que o procura que “errado é o mundo lá fora, que te leva a sofrer por ser gay, é a homofobia, não você”, mas não é isso que acontece. Em geral, o caminho escolhido pelos profissionais é o de encaminhar o sujeito para “deixar de ser” aquilo que traz sofrimento, adequando-se ao mundo social heteronormativo e ciscentrado, voltando ao ponto inicial: são profissionais da Psicologia ofertando “cura gay”, ainda que sob a égide do estrito cumprimento do dever profissional.

Essas conversas nos levaram ao desafio de refletir, como apontamos no fechamento deste relatório, sobre as possíveis recomendações a serem feitas, e para quem. Se poderia pensar que o problema dos psicólogos, psicanalistas e demais profissionais de saúde mental estaria resolvido com a existência de códigos de ética e resoluções normativas orientadoras do exercício profissional, mas como vimos, a existência tanto de uns quanto de outras não necessariamente impede ou obstaculiza práticas violadoras. Além disso, a existência de profissionais psicólogos nas igrejas, assim como de “conselhos” de “psicanalistas cristãos”, demonstra que ainda há um longo caminho a percorrer para de fato barrar essas práticas.

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

PROMESSAS DE “CURA”: O PROCESSO DE PERSUAÇÃO, CONVENCIMENTO E MANIPULAÇÃO DE PESSOAS LGBTI+

A submissão de pessoas LGBTI+ aos mecanismos de conversão sexual ou de gênero realizada de maneira forçada é uma prática comum. Esta foi a situação relatada por 201 das 365 pessoas LGBTI+ que passaram por esses procedimentos e responderam ao chamado interno para participar desta pesquisa. Outra ocorrência bastante frequente é o acesso às tentativas de “cura” por vontade própria, como informaram 116 dos contatos obtidos.

Para entender, dentre outros aspectos, como essas clivagens operavam, as entrevistas em profundidade realizadas com algumas pessoas sobreviventes selecionadas apontaram ao menos um padrão presente em ambas as formas de indução aos procedimentos de conversão sexual e de gênero. Independente dos contextos onde ocorreram as tentativas de “cura”, sejam eles religiosos, escolares, da saúde e/ou familiares, os relatos fizeram referência de maneira aproximada a um conjunto de estratégias de convencimento e manipulação construídas em torno de pessoas LGBTI+, em sua maioria ocorridas no período da infância e adolescência, que se concentraram em duas chaves persuasivas: **i) convencer que ser LGBTI+ é algo errado e ii) existem soluções para este erro.**

Tais estratégias de convencimento e manipulação nem sempre são práticas diretas para converter, mas se manifestam como discursividades

[SEÇÃO 3]

e ações direcionadas sobretudo a crianças e adolescentes desde a primeira infância no intuito de identificar se havia algo errado ou desviante nelas para em seguida apresentar o que elas mesmas deveriam fazer e buscar para se tornarem corretas a fim de solucionar o problema.

Esta lógica opera como espécies de armadilhas para as quais as pessoas LGBTI+ são empurradas e/ou atraídas ao longo da vida e, na maioria dos casos, não ocorrem em um evento único e direcionado. Elas tendem a ser construídas e encontram amparo, como já mencionado, em noções patológicas equivocadas sobre orientação sexual e identidade de gênero combinadas às visões de mundo que enquadram a sexualidade e o gênero em “certo” e “errado” ou em “bem” e “mal”. Estão presentes de maneira pulverizada nas práticas médicas e psicossociais, em assessoria e aconselhamento de organizações religiosas e confessionais, nos discursos e conversas informais com algumas autoridades religiosas e na mobilização cotidiana de sistema de crenças e da fé que guiam as famílias e sobreviventes.

Independentemente da pessoa ter sido forçada ou ter buscado por conta própria algum procedimento de conversão sexual e de gênero ao longo da vida, o processo de convencer e manipular é eficaz na produção de discursividades e ações à medida que se utiliza de:

Ausência de consentimento.

A maioria das táticas de conversão sexual e de gênero são realizadas contra crianças e adolescentes percebidas por adultos próximos como desviantes das normas cisheterossexuais e que ainda não reúnem condições de consentir sobre a participação delas em qualquer tipo de procedimento que possa vir a colocá-las em risco e/ou lhes causar danos físicos e mentais imediatos ou a longo prazo.

Dominação afetiva.

Nestas dinâmicas estão presentes, de forma esporádica ou constante, figuras de autoridade como familiares, lideranças religiosas, profissionais da saúde e da educação, por exemplo. Em comum, elas exercem, em graus variados, domínio e influência desproporcional sobre

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

[SEÇÃO 3]

quem é percebida como LGBTI+. Tratam-se de pessoas com as quais se constrói ao longo da vida o sentimento de pertencimento, os laços de afeto e confiança.

Quem opera a manipulação e o convencimento constantemente argumenta com a pessoa sobrevivente que ela está em sofrimento por parecer, se comportar, ter pensamentos, possuir “tendências homossexuais” ou efetivamente por ser LGBTI+. Esta operação persuasiva é preocupante e tem consequências profundas para o desenvolvimento psicossocial das pessoas sobreviventes, pois por um longo período ou mesmo pela vida toda. Nesta armadilha, a pessoa induzida à conversão é levada a acreditar de diferentes maneiras e em variados momentos a se entender como errada, incompleta, suja e incapaz.

A dinâmica de induzir ao erro é, sobretudo, produzida na inversão da lógica de distinção entre o certo e o errado: **o sofrimento a que a pessoa LGBTI+ passa nesses contextos é creditado à sua orientação sexual e identidade de gênero, não no fato de pessoas e instituições se orientarem hegemonicamente pela negação da autodeterminação de exercer e expressar a orientação sexual e identidade de gênero em suas variadas manifestações.**

Uma forma bastante comum de convencer e condicionar alguém à conversão, especialmente quando jovens, tende a ocorrer após elas contarem a alguém de confiança sobre se sentirem atraídas por alguém do mesmo gênero. Diferente do que se costuma imaginar, as pessoas entrevistadas relataram que as reações de quem as ouviu não foram necessariamente impulsivas ou agressivas. Pelo contrário, elas frequentemente são acolhidas e ouvidas.

Nos percursos da conversão, as pessoas sobreviventes estão constantemente submetidas a um conjunto de artimanhas psicológicas bastante comuns no processo de convencimento sobre o suposto erro que carregam em si e a necessidade de repará-lo. O uso de chantagens emocionais, por parte de familiares e pessoas religiosas fica bem explicitado quando uma entrevistada mencionou que, por ser LGBTI+, era

[SEÇÃO 3]

chantageada com abordagens em que fazia afirmações como “olha o que você está fazendo com sua mãe” ou mesmo ameaças em que dizia que “eu estou vendo sua mãe no hospital, eu estou vendo sua namorada no hospital e isso vai ser culpa sua”.

Estes relatos permitem afirmar que o uso de ameaças e constrangimentos contribuem para a construção de uma realidade na qual pensar que ser LGBTI+ é efetivamente errado e tudo de mal que venha a ocorrer com as pessoas próximas pode vir a ser culpa de quem decidiu se assumir LGBTI+. Convertidas em poderosas armas de produção de verdades, o uso dos vínculos afetivos para o convencimento colabora para a construção de sentimentos de culpa acompanhados da obrigação em atender as expectativas das figuras de autoridade, submetendo-se à toda sorte de soluções que elas apresentam.

Associadas às relações de confiança, a fé tende a participar intensamente como um dos principais mobilizadores no processo de manipulação e convencimento para induzir alguém a algum tipo de “terapia” ou “cura”. Muitas das pessoas entrevistadas relataram que os procedimentos para viabilizar a conversão sexual e de gênero frequentemente envolviam “rodas de oração”, “aconselhamento” com lideranças religiosas, entrar em “vigília”, “fazer jejum”, “penitências” ou “promessas” e toda sorte de procedimentos articulados a linguagens religiosas, sobretudo cristãs. Alguns sistemas de crenças tendem a ser manejados e reinterpretados para favorecer o convencimento.

Não raro, nos foi relatado, por exemplo, que a negação da própria sexualidade, dos desejos e pensamentos tidos como desviantes seria uma maneira de “ganhar o céu” e não o inferno no “dia do arrebatamento”. A construção da noção de deus como um eterno vigilante das ações é bastante presente nas dinâmicas do convencimento. Com isso, a cada vez que a pessoa em processo de convencimento não conseguir estar no controle, anular sua sexualidade ou quando for percebida de alguma maneira como LGBTI+, fizer coisas tidas como “mundanas”, “se masturbar”, “cair no pecado”, ficar com alguém do mesmo gênero e consumir algo da cultura tida como LGBTI+, ela teria seus atos julgados

[SEÇÃO 3]

e pesados na balança por uma entidade superior no dia do juízo final. Nesse sentido, aprender a se regular, se ajustar e se omitir seria uma forma de encontrar pertencimento, de receber acolhimento e amor de um deus, da família e/ou da comunidade religiosa.

Tais situações ajudam a demonstrar que para convencer é necessário apresentar a “cura” e conversão sexual e de gênero como positivas e benéficas, embaladas na linguagem do carinho e proteção. Sem muito desconfiar e quando menos se espera, pessoas LGBTI+ têm sido expostas às suas comunidades religiosas e locais, sendo submetidas a procedimentos de torturas físicas ou abusos psicológicos, participando de sessões de exorcismo, frequentando sessões psicoterapêuticas inadequadas, recebendo diagnósticos médicos equivocados, realizando tratamentos com medicamentos ou hormônios desnecessários. E, neste processo, acabam se expondo a riscos, sofrendo ofensas, julgamentos, descrédito e desumanização.

Uma vez envolta nas armadilhas de conversão, nada se cura, pois não há patologia alí a ser curada. No entanto, **diversas pessoas sobreviventes passaram a experimentar traumas com efeitos profundos e duradouros no desenvolvimento de suas vidas e que são decorrentes não do fato de serem LGBTI+, mas das violências a que foram submetidas nos esforços de “correção”**. Ao longo das entrevistas elas relataram as seguintes consequências decorrentes das tentativas de conversão sexual e de gênero:

- pensamentos suicidas
- tentativa de suicídio
- depressão
- transtornos alimentares
- isolamento social
- estresse pós-traumático
- sentimento de inutilidade
- sensação de inadequação
- dificuldade de confiar nas pessoas e instituições
- automutilação
- ansiedade
- perda de autoestima
- disfunção sexual

ALCANÇANDO O ROMPIMENTO: EFEITOS E CUSTOS PÓS TENTATIVAS DE CONVERSÃO

Após serem convencidas de que ser LGBTI+ é errado (*dúvida*) e acreditar que existe “cura” (*crença*), as pessoas sobreviventes em algum momento tomam ciência (*consciência*) da manipulação a qual foram submetidas. Contudo, romper com as estratégias de convencimento não é tarefa simples ou sem custos. A tomada de consciência muitas vezes é um processo de longa duração. Levam-se anos para elaborar e compreender que o que estava sendo experimentado e buscado em nome do amor, do pertencimento e da afetividade era, na verdade, algum tipo de violência. Também não existe uma forma exata ou um único percurso posterior para romper com o processo manipulador que enreda as tentativas de conversão. Uma vez que se passa por elas, os custos são altos e ninguém sai ileso.

Um percurso posterior às tentativas de “cura” realizado pelas pessoas sobreviventes acessadas é conseguir identificar que foram enganadas e se desvencilhar do processo de convencimento encontrando formas de se retirar do lugar de falta e inadequação para se entenderem como sujeitos que podem expressar suas identidades de gênero ou orientação sem culpa e sem medo. Foram mencionados nas entrevistas como formas de encontrar o lugar da afirmação e alcançar o rompimento: **passar a conviver com pessoas LGBTI+, encontrar apoio de familiar sem envolvimento ou crença nas tentativas de “cura”, romper com a igreja, buscar auto aceitação por meio de procedimentos psicoterapêuticos adequados, por exemplo.**

Ainda assim, já vivendo assumidamente como pessoa LGBTI+, algumas das sobreviventes nos relataram que tendem a carregar os efeitos desse processo de convencimento como consequência devastadora na saúde mental, em razão de sofrimento continuado derivado da confusão intencionalmente criada por agentes que operaram as tentativas de

[SEÇÃO 3]

“correção”. Até mesmo para quem já havia conseguido romper com as tentativas de “correção”, era comum o relato de que constantemente emergiam pensamentos como “será que elas não estavam certas?”, “eu devo mesmo ser errada”, retomando os resquícios da dúvida incutida no passado e que ainda repercutem mesmo com o passar do tempo.

Outros percursos realizados pelas pessoas interlocutoras da pesquisa a fim de alcançar o rompimento envolvem caminhos não tão óbvios, como retornar à igreja e comunidade de fé que originou a tentativa de “cura” ou também o deslocamento para outras religiões. De certo, este é um processo extremamente delicado e difícil para quem foi submetido a episódios de correção em contextos religiosos, sobretudo quando se decide permanecer no ambiente religioso que gerou os abusos.

Situações como essas chamam atenção para o fato de que o problema da conversão em contextos religiosos não está propriamente nas religiões ou igrejas. Querer pertencer a uma comunidade religiosa e/ou exercer a fé é um direito e pode ser algo fundamental para muitas pessoas, inclusive permanece sendo para algumas das pessoas entrevistadas. Mas, uma vez conscientes das violências que enfrentaram nesses espaços, o que as pessoas sobreviventes a que tivemos acesso buscam é a garantia de que não passarão pelas mesmas violências, sendo manipuladas em sua fé e tendo muitas vezes que barganhar novamente a sexualidade e sua identidade de gênero em troca de pertença e dogmas. Algumas das pessoas sobreviventes chegaram a mencionar em entrevista, neste sentido, a busca por outras denominações reconhecidas como sendo mais inclusivas, às vezes realizadas de maneira exitosa, às vezes não. Com isso objetivavam continuar exercendo a fé e ser LGBTI+ distanciando-se de contextos religiosos que tendem a facilitar abusos contra essa população.

Nos deparamos, ainda, com trajetórias de sobreviventes cujas tentativas de conversão tiveram tanto efeito em suas vidas que efetivamente as impossibilita de levar uma vida explicitamente como LGBTI+ em razão das violências e tramas psicológicas as quais foram submetidas. **Para elas, a conversão parece não terminar, pois permanecem acreditando que carregam um erro e são culpadas de serem quem são, continuando, em alguns casos, a busca pela “cura”.**

[SEÇÃO 3]

Como mencionado na seção anterior, uma das trajetórias das pessoas sobreviventes esteve mais intensamente relacionada a atividades religiosas, assumindo diretamente posição de destaque na igreja e se tornando referência. Trajetória essa que passa por formação de lideranças jovens em igrejas das quais tantas outras pessoas LGBTI+ que sofreram com os esforços de “correção” também compartilham até alcançarem posições de prestígio interno.

Alcançar estes lugares de liderança exige, antes de tudo, um grande autocontrole sobre a sexualidade na tentativa de permanecer na crença a respeito de sua própria “cura”. Com isso, é possível garantir, por exemplo, o exercício de uma atividade profissional, acesso a redes, contatos e organizações, bens materiais e até mesmo reconhecimento diante da comunidade. Mais uma vez, **observa-se a lógica da barganha da sexualidade e da identidade de gênero em troca de algum tipo de pertencimento.**

No entanto, quando essas pessoas se reconhecem como LGBTI+, como no caso da que ouvimos, tudo isso que conquistaram passa imediatamente a estar em risco. Então, a saída desse espaço religioso, geralmente ocorrida por expulsão quando outras lideranças descobrem a homossexualidade, significa perda econômica, de acesso material, rompimento de relações que geram ainda maior instabilidade.

É importante ressaltar que frequentemente tais lideranças desenvolveram parte ou sua inteira formação profissional em instituições religiosas que ocorre em salas pastorais, em retiros, nos cursos de formação, em seminários e outros espaços religiosos não necessariamente regulamentados ou reconhecidos pelos órgãos de controle da atividade educacional no Brasil. Um dos sobreviventes entrevistados relatou que o pastor o havia encorajado a desistir de realizar uma formação não-religiosa para se dedicar exclusivamente à igreja. Quando assumiu-se LGBTI+ e foi expulso da igreja, no entanto, a ausência de uma formação reconhecida pelo Estado acabou se transformando em um obstáculo para a sobrevivência e o sustento.

IMPASSES E LIMITES NA REGULAMENTAÇÃO DAS PRÁTICAS DE CONVERSÃO SEXUAL E DE GÊNERO

Nos últimos anos, o desenvolvimento de esforços de correção da sexualidade ou identidade de gênero foi alvo de contestações e questionamentos. Regulamentações em entidades de classe, a exemplo da Resolução 01/99 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), buscaram interromper a realização dessas práticas em consultórios e em atendimentos psicológicos. Alvo de resistências e de tentativas de boicote, a implementação da Resolução 01/99 do CFP acabou por estabelecer diretrizes importantes tanto para a organização do exercício da atividade profissional do psicólogo como também para a defesa da autodeterminação e do respeito sobre a identidade de pessoas LGBTI+.

O Informe¹ do Especialista Independente das Nações Unidas sobre a Proteção contra a Violência e a Discriminação por Motivos de Orientação Sexual e Identidade de Gênero de 2020 sobre as Práticas de Terapias de Conversão recomenda de forma enfática o estabelecimento de normativas e leis que prevejam sanções e consequências para o oferecimento de práticas de “cura” e reversão. O relatório inclusive chega a citar a resolução 01/99 do CFP apontando o Brasil como um

¹ CONSELHO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Práticas das chamadas “Terapias de Conversão”. Informe do Especialista Independente das Nações Unidas sobre a Proteção contra a Violência e a Discriminação por Motivos de Orientação Sexual e Identidade de Gênero. 2020. Acesso em: 12.06.2022.*

[SEÇÃO 4]

dos países que teriam conseguido estabelecer diretrizes de proibição das práticas de conversão.²

Para o Especialista Independente, os Estados devem adotar medidas legislativas, administrativas e judiciais que busquem barrar ou proibir todas as tentativas de “cura” que “se baseiem na noção errada e nociva de que a diversidade sexual e de gênero são transtornos que devem ser corrigidos, sendo discriminatórias por natureza” (Conselho das Nações Unidas, 2020, p. 23) (tradução nossa).

DESAFIOS RELACIONADOS AOS CONTEXTOS E FORMATOS DAS PRÁTICAS DE “CURA” OU REVERSÃO

Assim como apontado no Informe e em outros documentos³, bem como nos relatos de sobreviventes, nem sempre os esforços de “correção” ocorriam exclusivamente em consultórios psicológicos ou eram realizadas por apenas psicólogos. Em muitos casos, havia um contexto que passava pelos familiares, vizinhos, membros da comunidade religiosa em diferentes espaços como dentro de casa, em escolas religiosas, acampamentos, atividades sociais, cursos e eventos.

Além disso, a pesquisa também identificou que não apenas psicólogos têm oferecido promessas de “cura” da sexualidade ou identidade

² Em que pese o destaque dado ao Brasil nesse quesito, conforme apontamos na seção 2 deste relatório, as normativas e resoluções existentes são importantes para a regulação da atividade profissional de psicólogos, mas não bastam para impedir, de fato, a oferta de “curas” ou “reversões” para pessoas LGBTI+. Primeiro, por não terem força de lei, e segundo, porque não tem poder para coibir profissionais sem registro em Conselho de atuarem em outros campos, como o religioso, exercendo a profissão de modo contraditório aos princípios éticos e de afirmação dos direitos fundamentais dos sujeitos.

³ Ver, OUT RIGHT INTERNATIONAL. HARMFUL TREATMENT The Global Reach of So-Called Conversion Therapy. 2019. Acesso em: 12.06.2022.

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

[SEÇÃO 4]

de gênero. Ao contrário, tais práticas têm também sido oferecidas por psiquiatras, psicanalistas, pediatras, terapeutas, coaches, conselheiros, lideranças religiosas, professores, instrutores de acampamentos, sendo realizadas até mesmo dentro da casa do sobrevivente com a autorização, quando não incentivo, de pais e responsáveis.

A diversificação dos esforços de “correção” apontada nesta pesquisa, portanto, tem se configurado como um obstáculo para a efetividade de medidas jurídicas que visem regulamentar o oferecimento desses procedimentos. Embora a Resolução 01/99 tenha estabelecido uma orientação definitiva proibindo o exercício de tentativas de “cura” da sexualidade ou identidade de gênero, isso não evitou com que alguns dos sobreviventes a que tivemos acesso tivessem passado por tentativas de “correção” em consultórios psicológicos mesmo com a resolução em vigor. Em 2017, um juiz do Distrito Federal chegou a emitir decisão judicial⁴ permitindo a realização de práticas de “cura” da sexualidade. A sentença foi suspensa em 2020 pelo STF⁵.

Era comum nas entrevistas os episódios relatados pelos sobreviventes que envolviam o atendimento por psicólogos que não apenas explicitaram sua fé durante as consultas como direcionaram o processo de análise aos preceitos de sua religião. Em outras situações, mesmo sem recorrer a um argumento de caráter religioso, os profissionais levavam o sobrevivente a questionar a necessidade de se assumir LGBTI+, diagnosticando a identidade de gênero ou orientação sexual como uma “vontade passageira”, um “trauma” ou “distúrbio”.

Além disso, não apenas psicólogos têm oferecido práticas de “cura” ou de reversão. Essas práticas têm sido defendidas, incentivadas e mesmo desenvolvidas por diferentes profissionais ou até mesmo, e em

⁴ MORAIS, Raquel. Juiz federal do DF libera tratamento para ‘cura gay’ e diz que homossexualidade é doença. *G1*, 18 de agosto de 2017. Acesso em: 11.06.2022.

⁵ SOUZA, Renato. STF mantém suspensa decisão que autorizava terapia de “cura gay”. *Correio Braziliense*, 17 de abril de 2020. Acesso: 11.06.2022.

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

[SEÇÃO 4]

número expressivo durante a pesquisa, por pessoas de confiança do sobrevivente. **Na medida em que as práticas de “cura” ou conversão não se restringem aos consultórios de psicologia, isso dificulta o estabelecimento de regulamentações efetivas que desestimulem ou proíbam tais práticas.** Mesmo tendo em vista tais dificuldades, alguns esforços têm sido realizados neste sentido, a exemplo da apresentação⁶ de um Projeto de Lei Federal em abril de 2022 que propõe a criminalização das práticas de terapia de conversão sexual e de gênero.

Se a elaboração de leis e decretos proibindo a realização de práticas de correção encontra desafios, há dificuldades significativas na busca por reparação no sistema de justiça. Em muitos casos investigados pela pesquisa, os sobreviventes foram induzidos por pais, familiares, amigos da família e pessoas que, em geral, exerciam influência e tinham a estima e a confiança do sobrevivente. Embora uma das pessoas sobreviventes tenha afirmado sua vontade de verem processados judicialmente tanto a igreja que tentou curá-la de sua sexualidade como seus pais que a convenceram a participar dessas práticas, isso não se traduziu necessariamente em uma disposição da pessoa sobrevivente em levar a frente tais processos judiciais. Em diferentes relatos, é nítida a dificuldade imposta às pessoas que passaram por essas situações em buscar algum tipo de responsabilização judicial de pessoas com quem elas mantêm laços de afeto, respeito, confiança, bem como de dependência financeira. Além disso, ainda são frágeis as garantias de denunciar ocorrências LGBTIfóbias no país sem incorrer, por exemplo, em descrédito e revitimização. Mesmo após a decisão do Supremo Tribunal Federal, realizada em 2019, que reconheceu a LGBTfobia como crime de racismo, as dificuldades de comprovar e/ou efetivar as denúncias se somam à resistência das forças de segurança pública e do sistema judicial em reconhecer e aplicar a decisão⁷.

⁶ Projeto criminaliza terapia de conversão de orientação sexual, Agência Câmara de Notícias, 28 de abril de 2022. Acesso em: 11.02.2022.

⁷ Para mais informações a respeito, acesse o relatório “LGBTIfobia no Brasil: barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização” (2021) desenvolvido pela All Out e Instituto Matizes.

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

DESAFIOS RELACIONADOS À ATUAÇÃO DE GRUPOS CONSERVADORES E DE EXTREMA-DIREITA E AS PRÁTICAS DE “CURA” E “CONVERSÃO”

As tentativas de derrubada de regulamentações que vetam todo e qualquer esforço de “correção” sexual e de gênero têm se inserido nos últimos anos no bojo de uma articulação mais ampla que tem visado implementar uma agenda moral rígida e excludente relacionada ao livre exercício do gênero e da sexualidade. **Os esforços para a proibição do ensino de educação sexual e de gênero nas escolas, as campanhas de perseguição a professores e as campanhas de difamação e de representação negativa das identidades LGBTI+ têm colaborado para a criação de um contexto que limita ou impede ainda mais o livre exercício da orientação sexual ou da identidade de gênero.**

Com a eleição de Bolsonaro, em 2018, e o consequente estabelecimento de um Ministério para a Família, Mulher e Direitos Humanos, o governo brasileiro tem emitido sinais difusos que vão em sentido contrário ao da proibição das práticas de “cura” e das “terapias” de conversão. Em 2019, a ministra Damares Alves recebeu em seu gabinete o Movimento de Ex-Gays do Brasil⁸, grupo constituído por pessoas que afirmam ter realizado escolha de não vivenciar mais a homossexualidade. Além disso, sob o mote “Tudo tem seu tempo”, o ministério já promoveu campanhas⁹ de estímulo da abstinência sexual de adolescentes

⁸ AMADO, Guilherme. *Damares recebe movimento de ‘ex-gays’ no ministério e promete ‘acolhimento’*, O Globo, 13 de agosto de 2019. Acesso em: 12.06.2022.

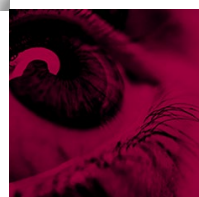
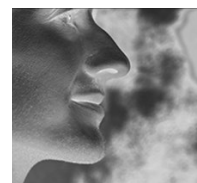
⁹ *Governo lança campanha que prega abstinência sexual contra gravidez precoce*. Estado de Minas, 03 de fevereiro de 2020. Acesso em: 12.06.2022.

[SEÇÃO 4]

como uma forma de buscar reduzir a gravidez na adolescência. A proposta foi amplamente criticada pelo Conselho Nacional de Saúde e por setores da sociedade. Ainda em 2021, a pasta inseriu a expressão “ideologia de gênero” no conjunto de violências a serem reportadas na plataforma de denúncias de violação de Direitos Humanos do governo federal, o Disque 100.

Mesmo antes do governo Bolsonaro, as tentativas de vedação do ensino sexual e de gênero nas escolas já havia sido tema de sucessivas campanhas de pressão no Congresso e em câmaras legislativas estaduais e municipais a partir de 2011, tendo o movimento “Escola sem Partido” à frente dos debates. Além disso, alguns dos relatos de sobreviventes ouvidos pela pesquisa indicavam que tais práticas teriam ocorrido nos anos 1980.

Vale ressaltar, portanto, que a eleição do governo Bolsonaro não inaugurou propriamente o desenvolvimento de “terapias” e “curas” de reversão sexual e de gênero, que já vinham sendo desempenhadas nas últimas décadas em diferentes contextos. A adoção de medidas e de posicionamentos ambíguos em relação a essas práticas por interlocutores e autoridades do governo, na verdade, tem representado a consolidação dos esforços de campanhas e forças conservadoras e de extrema-direita nas últimas décadas para a tomada de espaços e a conformação de uma concepção moral e não-secular de direitos.



Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil



REFLEXÕES FINAIS

Considerando os achados da pesquisa **“Entre ‘curas’ e ‘terapias’: esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil”**, expostos neste relatório, seria uma derivação esperada que fechássemos este relatório elencando recomendações capazes de fazer frente ao contexto encontrado, tanto no campo religioso, quanto nas outras áreas abrangidas.

No caso das entrevistas realizadas, todas elas instaram os interlocutores a refletirem sobre suas vivências e contextos, e apontarem caminhos, sugestões, recomendações; a intenção, explícita, era compor um possível quadro de recomendações e orientações que pudesse responder à questão: “diante disso tudo, o que fazer?”, entendendo que qualquer mínima omissão implicaria em fortalecer todas as práticas impostas e descritas.

Os esforços empreendidos para sistematizar e analisar as questões que emergiram do campo, em relatos de especialistas e sobreviventes, porém, nos impuseram outros desafios analíticos e reflexivos, a partir dos quais compreendemos que a mera construção de recomendações seria insuficiente diante dos dados, resultando infrutíferas ou inexecutáveis, caso fossem tomadas como proposições resolutivas dos problemas apontados.

Uma das possibilidades técnicas para um campo de recomendações seria definir a quem seriam direcionadas, e de partida teríamos grupos múltiplos: houve entre os participantes quem sugerisse campanhas informativas voltadas à jovens e famílias; quem apontasse para a importância do fortalecimento das normativas existentes e ampliação

do diálogo no campo da saúde mental, sobretudo entre psicólogos e psicanalistas, sugerindo a união de forças entre áreas distintas; também, houve outras “recomendações” indicadas, como a de levar as práticas religiosas, citadas por alguns como “tortura”, ao judiciário (ampliando, conforme exposto no relatório, a processos judiciais contra familiares, pastores, líderes religiosos).

Cientes de que seria improdutivo, e mais do que isso, que não caberia a um relatório de pesquisa desta natureza a elaboração de recomendações direcionadas (fossem a Conselhos Federais, como Medicina e Psicologia, fossem à instituições religiosas), o que apresentamos é um compilado de reflexões orientadoras que buscam alinhar ações e iniciativas já existentes, no sentido de fortalecê-las, e sugerir outras possíveis frentes que visem o reconhecimento das identidades de gênero e expressões sexuais dissidentes em sua completude, garantindo aos sujeitos a preservação de seus direitos fundamentais, entre os quais o direito a ter fé e sua saúde mental assegurada.

Dada a multiplicidade de esforços identificada pela pesquisa no sentido da “correção” da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+, apontamos a seguir alguns dos caminhos que podem colaborar para o esclarecimento, a denúncia e a proibição de esforços de “correção” no Brasil. São eles:

DESENVOLVIMENTO DE MECANISMOS JURÍDICOS EFICAZES:

a efetiva vedação de tentativas de “cura” e de “terapias” de conversão passa não apenas pela criação de legislações e regulamentações, mas pela garantia de que essas previsões serão eficazes, sendo de fato cumpridas pelos profissionais e pela sociedade. Isso passa também pela criação de respostas a argumentos que se utilizam da liberdade de culto e de crença e da liberdade de exercício profissional para estimular o preconceito, o auto-ódio e a violência contra pessoas LGBTI+. Também deve ser considerada a inexistência de “consentimento” nos episódios em que a pessoa, mesmo não tendo sido forçada a uma tentativa de “correção”, foi persuadida, manipulada ou enganada a ser “corrigida”.

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

FORTALECIMENTO DE REGULAMENTAÇÕES JÁ EXISTENTES:

apesar da importância de existirem mecanismos jurídicos adequados para coibir o oferecimento de práticas de “correção” da sexualidade e identidade de gênero, é necessário que eles sejam fortalecidos, divulgados e assegurados, sobretudo levando em consideração as tentativas de deslegitimação e de revogação a que têm sido submetidos.

CONSTITUIÇÃO DE MECANISMOS DE REPARAÇÃO E FISCALIZAÇÃO:

a efetividade de mecanismos que proíbam práticas de “correção” sexual e de gênero depende da capacidade de agentes públicos em fiscalizar e coibir situações que ensejem violência contra pessoas LGBTI+ sob a justificativa da “cura” ou da “conversão”. A reparação da violência já cometida contra pessoas LGBTI+ sobreviventes também implica no acesso desigual aos mecanismos de justiça e às dificuldades inerentes aos contextos nos quais violências foram cometidas, como o estabelecimento de laços de confiança, afeto e respeito com aqueles que desempenharam as tentativas de “correção”.

CONSCIENTIZAÇÃO DE PESSOAS LGBTI+ QUE ESTEJAM PASSANDO POR TENTATIVAS DE “CORREÇÃO”:

como descrito anteriormente, os esforços de “correção” da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ passa pelo desenvolvimento de uma armadilha composta por três etapas, “dúvida”, “crença” e “consciência”. Após ter sido convencida ou coagida a crer que ser LGBTI+ é um problema, a pessoa é levada a acreditar que o seu problema pode e deve ser curado. É após esse processo, que pode durar dias, meses ou anos, que a pessoa pode ou não conseguir tomar consciência da manipulação a que foi submetida. Em muitos casos, a pessoa continua presa à dinâmica da “dúvida” e da “crença”, não conseguindo se desvencilhar da busca por uma cura para o problema que acredita ter.

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil

PROMOÇÃO DE ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO PARA SOBREVIVENTES DE TENTATIVAS DE “CORREÇÃO”:

mesmo para as pessoas que conseguiram sobreviver a esses processos e romper com os esforços de “correção” de sua sexualidade ou identidade de gênero, a fuga muitas vezes implica no rompimento com laços, redes e oportunidades de ordem pessoal e profissional que estavam asseguradas apenas enquanto a pessoa seguisse se impedindo de se assumir como LGBTI+. Além disso, sair de uma tentativa de “cura” não significa necessariamente uma adesão a espaços de sociabilidade, grupos e redes de pessoas LGBTI+. Isto demanda de defensores(as) da diversidade sexual e de gênero a incorporação da promoção de espaços nos quais pessoas LGBTI+ sobreviventes possam conviver em segurança e livre de julgamento, inclusive para continuar professando sua fé se assim desejarem.

VALORIZAÇÃO E AFIRMAÇÃO DO RECONHECIMENTO DAS ORIENTAÇÕES SEXUAIS E IDENTIDADES DE GÊNERO DIVERSAS:

o argumento que baseia todos os esforços de correção da sexualidade e identidade de gênero identificados por essa pesquisa consiste na ideia de que toda orientação sexual não heterossexual e toda identidade de gênero não cisgênera deve ser considerada motivo de vergonha e de culpa, necessitando por isso ser consertada. Isto reforça a necessidade de ações e estratégias capazes de amplificar e massificar a valorização e a afirmação acerca do reconhecimento das orientações sexuais e identidades de gênero diversas, bem como da possibilidade do reconhecimento legítimo e constitucionalmente assegurado das identidades LGBTI+. Tais esforços devem ser direcionados a toda a sociedade, de forma irrestrita, e especialmente aos jovens, de modo a desincentivar a violência baseada em identidade de gênero e orientação sexual, visando também assegurar o respeito ao reconhecimento e a autodeterminação de cada pessoa.

Entre ‘curas’ e ‘terapias’:

esforços de ‘correção’ da orientação sexual e identidade de gênero de pessoas LGBTI+ no Brasil



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. [Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation](#). Washington, DC, 2009.

BULGARELLI, Lucas; FONTGALAND, Arthur; MOTA, Juliana; PACHECO, Dennis; WOLF, Leona. [LGBTfobia no Brasil: barreiras para o reconhecimento institucional da criminalização](#). São Paulo. All Out e Instituto Matizes. 2021.

CONSELHO DE DIREITOS HUMANOS DAS NAÇÕES UNIDAS. [Práticas das chamadas “Terapias de Conversão”](#). Informe do Especialista Independente das Nações Unidas sobre a Proteção contra a Violência e a Discriminação por Motivos de Orientação Sexual e Identidade de Gênero. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA DO BRASIL. [Resolução CFP n 008/22](#). Estabelece normas de atuação para profissionais da psicologia em relação às bissexualidades e demais orientações não monossexuais. Brasília, DF. 17 de maio. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA DO BRASIL. [Resolução CFP n 001/18 de 19 de janeiro de 2018](#). Estabelece normas de atuação para as psicólogas e os psicólogos em relação às pessoas transexuais e travestis. Brasília, DF. 19 de jan. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA DO BRASIL. [Resolução CFP n 001/99 de 22 de março de 1999](#). Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual. Brasília, DF. 22 de mar. 1999.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. [Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs](#). Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

FACCHINI, Regina. [“Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para a “arena” do movimento LGBT brasileiro](#). Revista Bagoas. Natal, n. 4, p. 131-158, 2009.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins (org.) Direitos em Disputa - LGBTI+, poder e diferença no Brasil contemporâneo. Campinas: Ed. Unicamp, 2020.

OUT RIGHT INTERNATIONAL. HARMFUL TREATMENT [The Global Reach of So-Called Conversion Therapy](#). 2019. Acesso em: 12.06.2022.

GARCIA, Marcos Roberto Garcia; MATOS, Amana Rocha Matos, [“Terapias de Conversão”: Histórico da \(Des\)Patologização das Homossexualidades e Embates Jurídicos Contemporâneos](#). Psicologia: Ciência e Profissão, v.39, p. 49-61, 2019.

GONÇALVES, Alexandre Oviedo. [Religião, Política e Direitos Sexuais: controvérsias em torno da “Cura Gay”](#). Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, n. 39, v. 2, p. 175-199, 2019.

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo. São Paulo: Loyola, 2010.

_____. Análise sociológica do crescimento pentecostal no Brasil. Tese (Doutorado em Sociologia), Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 253, 2001.


Oficina de las Naciones Unidas contra la droga y el Delito (ONUDC); Consejo para Prevenir y eliminar la Discriminación de la Ciudad de México (COPRED); Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM) y Yaaj México. Nada Que Curar. Guía de referencia para profesionales de la salud mental en el combate a los ECOSIG. México: UNODC, 2019.

REZENDE, Alessandro Teixeira. Crenças sobre a cura da homossexualidade: uma explicação a partir de variáveis socioculturais. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, p. 266, 2021.

SERRA, Cris. Viemos pra comungar: os grupos católicos LGBT brasileiros e suas estratégias de permanência na igreja. Rio de Janeiro: Metanoia, 2019.

JORNAIS E PORTAIS CONSULTADOS:

AMADO, Guilherme. [Damara recebe movimento de ‘ex-gays’ no ministério e promete ‘acolhimento’](#), O Globo, 13 de agosto de 2019. Acesso em: 12.06.2022.



CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. [CNS recomenda que governo cancele campanha de abstinência sexual](#), CNS, 05 de Fevereiro de 2020. Acesso em: 12.06.2022.

DIP, Andrea. [“Ideologia de gênero” no Disque 100 pode criminalizar professores](#), diz pesquisador, Pública, 14 de dezembro de 2021. Acesso em: 12.06.2022.

[Governo lança campanha que prega abstinência sexual contra gravidez precoce](#). Estado de Minas, 03 de fevereiro de 2020. Acesso em: 12.06.2022.

MORAIS, Raquel. [Juiz federal do DF libera tratamento para ‘cura gay’ e diz que homossexualidade é doença](#). G1, 18 de agosto de 2017. Acesso em: 11.06.2022.

[Projeto criminaliza terapia de conversão de orientação sexual](#), Agência Câmara de Notícias, 28 de abril de 2022. Acesso em: 11.02.2022.

SOUZA, Renato. [STF mantém suspensa decisão que autorizava terapia de “cura gay”](#). Correio Braziliense, 17 de abril de 2020. Acesso: 11.06.2022.

